

CURSO CACD

CONCURSO DE ADMISSÃO À
CARREIRA DE DIPLOMATA

CACD – 2ª FASE

**Provas discursivas
de Português**

CACD 2003–2024

PROFESSOR
BRUNO REZENDE

www.cursocacd.com

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e do resumo da Prova Escrita de Língua Portuguesa no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **45,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **25,00 pontos**, o que totalizará os **70,00 pontos possíveis**. Na avaliação do resumo, será atribuído à capacidade de síntese e concisão o valor máximo de **15,00 pontos** e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **15,00 pontos**, o que totalizará os **30,00 pontos possíveis**.

-- PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA --

REDAÇÃO

Como, pois, se atreve o homem a destruir, em um momento e sem reflexão, a obra que a natureza formou em séculos, dirigida pelo melhor conselho? Destruir matos virgens, nos quais a natureza nos ofertou com mão pródiga as melhores e mais preciosas madeiras do mundo, além de muitos outros frutos dignos de particular estimação, e sem causa, como até agora se tem praticado no Brasil, é extravagância insofritível, crime horrendo e grande insulto feito à mesma natureza. Que defesa produziremos no tribunal da Razão, quando os nossos netos nos acusarem de fatos tão culposos?

Nossas preciosas matas desaparecem, vítimas do fogo e do machado, da ignorância e do egoísmo. Sem vegetação, nosso Brasil ficará reduzido a terras áridas. Virá então o dia em que a ultrajada natureza se ache vingada de tantos crimes.

Sem matas, minguou a fertilidade do terraço; e a lavoura e a povoação definharão necessariamente. De mais, sem bastante umidade não há prados; sem prados, pouco ou nenhum gado; e sem gado, nenhuma agricultura.

Todos os que conhecem por estudo a grande influência dos bosques e arvoredos na economia geral da natureza sabem que os países que perderam suas matas estão quase de todo estéreis, e sem gente.

Maurecír Guimarães de Moraes. **O pensamento ambiental em José Bonifácio de Andrada e Silva**. Campos dos Goytacazes: Vértices, v. 16, n.º 2, p. 129-142, 2014. Internet: <editoraessentia.iff.edu.br> (com adaptações).

O trecho apresentado acima é composto de fragmentos de textos escritos por José Bonifácio de Andrada e Silva no período de 1815 a 1828. Com base nesse trecho, discorra sobre a atualidade das ideias do “Patriarca da Independência”, à luz das mudanças climáticas e do desmatamento no Brasil e no mundo, considerando, em particular, a responsabilidade da diplomacia brasileira no contexto do Brasil como sede da 30.^a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), a ser realizada na Amazônia (Belém do Pará), em 2025.

RESUMO

Vinda do verbo latino *colere*, cultura, na origem, significa o cultivo, o cuidado, concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.

No correr da história do Ocidente, esse sentido foi-se perdendo, até que, no século XVIII, com a Filosofia da Ilustração, a palavra cultura ressurgiu, mas torna-se sinônimo de civilização, que deriva da ideia de vida civil, portanto, de vida política e de regime político. Com o Iluminismo, a cultura é o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade. Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução. No conceito de cultura, introduz-se a ideia de tempo, mas de um tempo muito preciso, isto é, contínuo, linear e evolutivo, de tal modo que, pouco a pouco, cultura torna-se sinônimo de progresso. Avalia-se o progresso de uma civilização pela sua cultura e avalia-se a cultura pelo progresso que traz a uma civilização.

O conceito iluminista de cultura, profundamente político e ideológico, reaparece no século XIX, quando se constitui um ramo das ciências humanas, a Antropologia. No início da constituição da Antropologia, os antropólogos guardaram o conceito iluminista de evolução ou progresso. Por tomarem a noção de progresso como medida de cultura, os antropólogos estabeleceram um padrão para medir evolução ou o grau de progresso de uma cultura, e esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista. As sociedades passaram a ser avaliadas segundo a presença ou a ausência de alguns elementos que são próprios do ocidente capitalista e a ausência desses elementos foi considerada sinal de falta de cultura ou de uma cultura pouco evoluída. Que elementos são esses? O Estado, o mercado e a escrita. Todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado europeu, foram definidas como culturas “primitivas”. Em outras palavras, foi introduzido um conceito de valor para distinguir as formas culturais.

No século XIX, sobretudo com a filosofia alemã, a ideia de cultura sofre uma mutação decisiva porque é elaborada como a diferença entre natureza e história. A cultura é a ruptura da adesão imediata à natureza, adesão própria aos animais, e inaugura o mundo humano propriamente dito. A ordem natural ou física é regida por leis de causalidade necessária que visam o equilíbrio do todo. A ordem vital ou biológica é regida pelas normas de adaptação do organismo ao meio ambiente. A ordem humana, porém, é a ordem simbólica, isto é, da capacidade humana para relacionar-se com o ausente e com o possível por meio da linguagem e do trabalho. Pela linguagem e pelo trabalho, o corpo humano deixa de aderir imediatamente ao meio, como o animal adere, ultrapassando os dados imediatos dos sinais e dos objetos de uso para recriá-los numa dimensão nova. A linguagem e o trabalho revelam que a ação humana não pode ser reduzida à ação vital, expediente engenhoso para alcançar um alvo fixo, mas que há um sentido imanente que vincula meios e fins, que determina o desenvolvimento da ação como transformação do dado em fins e destes em meios para novos fins, definindo o homem como agente histórico propriamente dito com o qual se inaugura a ordem do tempo e a descoberta do possível.

É essa concepção ampliada da cultura que, finalmente, será incorporada, a partir da segunda metade do século XX, pelos antropólogos europeus. Seja por terem uma formação marxista, seja por terem um profundo sentimento de culpa, buscaram desfazer a ideologia etnocêntrica e imperialista da cultura, inaugurando a antropologia social e a antropologia política, nas quais cada cultura exprime, de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria. A partir de então, o termo cultura passa a ter uma abrangência que não possuía antes, sendo agora entendida como produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. A cultura passa a ser compreendida como o campo no qual os sujeitos humanos elaboram símbolos e signos, instituem as práticas e os valores, definem para si próprios o possível e o impossível, o sentido da linha do tempo, as diferenças no interior do espaço, os valores como o verdadeiro e o falso, o belo e o feio, o justo e o injusto; instauram a ideia de lei, e, portanto, do permitido e do proibido, determinam o sentido da vida e da morte e das relações entre o sagrado e o profano.

Entretanto, essa abrangência da noção de cultura esbarra, nas sociedades modernas, num problema: o fato de serem, justamente, sociedades e não comunidades.

A marca da comunidade é a indivisão interna e a ideia de bem comum; seus membros estão sempre numa relação face a face (sem mediações institucionais), possuem o sentimento de uma unidade de destino, ou de um destino comum, e afirmam a encarnação do espírito da comunidade em alguns de seus membros, em certas circunstâncias. Ora, o mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à sociedade, cuja marca primeira é a existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Sociedade significa isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros, forçando o pensamento moderno a indagar como os indivíduos isolados podem se relacionar, tornar-se sócios. Em outras palavras, a comunidade é percebida por seus membros como natural (sua origem é a família biológica) ou ordenada por uma divindade (como na Bíblia), mas a sociedade impõe a exigência de que seja explicada a origem do próprio social. Tal exigência conduz à invenção da ideia de pacto social ou de contrato social firmado entre os indivíduos, instituindo a sociedade. A segunda marca, aquilo que propriamente faz com ela seja sociedade, é a divisão interna. Se a comunidade se percebe regida pelo princípio da indivisão, a sociedade não pode evitar que seu princípio seja a divisão interna. Essa divisão não é um acidente, algo produzido pela maldade de alguns e que poderia ser corrigida, mas é divisão originária, compreendida, pela primeira vez, por Maquiavel quando, em **O príncipe**, afirma: “toda cidade é dividida pelo desejo dos grandes de oprimir e comandar e o desejo do povo de não ser oprimido nem comandado”; e reafirmada por Marx quando abre o **Manifesto Comunista** afirmando que, “até agora, a história tem sido a história da luta de classes”. A marca da sociedade é a existência da divisão social, isto é, da divisão de classes.

Como, então, diante de uma sociedade dividida em classes, manter o conceito tão generoso e tão abrangente de cultura como expressão da comunidade indivisa, proposto pela filosofia e pela antropologia? Na verdade, isso é impossível, pois a sociedade de classes institui a divisão cultural. Esta recebe nomes variados: pode-se falar em cultura dominada e cultura dominante, cultura opressora e cultura oprimida, cultura de elite e cultura popular. Seja qual for o termo empregado, o que se evidencia é um corte no interior da cultura entre aquilo que se convencionou chamar de cultura formal, ou seja, a cultura letrada, e a cultura popular, que corre espontaneamente nos veios da sociedade.

Ora, cultura popular também não é um conceito tranquilo. Basta lembrarmos os três tratamentos principais que ela recebeu. O primeiro, no Romantismo do século XIX, afirma que cultura popular é a cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou aquela que exprime a alma da nação e o espírito do povo; o segundo, vindo da Ilustração Francesa do século XVIII, considera cultura popular o resíduo de tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo; e o terceiro, vindo dos populismos do século XX, mistura a visão romântica e a iluminista; da visão romântica, mantém a ideia de que a cultura feita pelo povo só por isso é boa e verdadeira; da visão iluminista, mantém a ideia de que essa cultura, por ser feita pelo povo, tende a ser tradicional e atrasada com relação ao seu tempo, precisando, para atualizar-se, de uma ação pedagógica, realizada pelo Estado ou por uma vanguarda política. Cada uma dessas concepções da cultura popular configura opções políticas bastante determinadas: a romântica busca universalizar a cultura popular por meio do nacionalismo, ou seja, transformando-a em cultura nacional; a ilustrada ou iluminista propõe a desaparecimento da cultura popular por meio da educação formal, a ser realizada pelo Estado; e a populista pretende trazer a “consciência correta” ao povo para que a cultura popular se torne revolucionária (na perspectiva das vanguardas de esquerda) ou se torne sustentáculo do Estado (na perspectiva dos populismos de direita).

Mudemos, porém, nosso foco de análise. Graças às análises e críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante é bastante claro: é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social. Mas esse lugar também torna mais nítida a cultura popular como aquilo que é elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no polo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares.

Por isso mesmo é preciso levar em conta a maneira como a divisão cultural tende a ser ocultada e, por esse motivo, reforçada com o surgimento da cultura de massa ou da indústria cultural.

Marilena Chauí. **Cultura e democracia**. In: **Crítica y Emancipación**. (1): 53-76, junio, 2008 (com adaptações).

Resuma o texto apresentado anteriormente.

REDAÇÃO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A inteligência artificial (IA) traz grandes benefícios em muitas áreas. Entretanto, sem parâmetros éticos, tem-se o risco de reproduzir preconceitos e discriminações do mundo real, alimentando divisões e ameaçando direitos e liberdades fundamentais. [...] A recomendação [da UNESCO sobre a ética da IA] estabelece um conjunto de valores alinhados com a promoção e proteção dos direitos humanos, da dignidade humana e da sustentabilidade ambiental. Promove princípios essenciais como transparência, responsabilidade e estado de direito. Também inclui políticas concretas que exigem melhor governança de dados, igualdade de gênero e aspectos importantes de aplicações de IA em educação, cultura, mercados de trabalho, [...] saúde, bem-estar social e economia.

UNESCO. *Recommendation on the Ethics of Artificial Intelligence*. Adapted on 23 November 2021. Paris: UNESCO, 2023, p. 4-5. Tradução e adaptação. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000385082/PDF/385082eng.pdf.multi>>. Acesso em: 17 ago. 2023.

Considerando alguns elementos do texto apresentado, discorra acerca de possíveis impactos positivos e negativos da IA para o futuro da diplomacia.

Extensão do texto: de 65 a 70 linhas.
[valor: 60,00 pontos]

PROVA APLICADA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Os valores arquitetônicos devem ser salvaguardados (edifícios isolados ou conjuntos urbanos).

A vida de uma cidade é um acontecimento contínuo, que se manifesta ao longo dos séculos por obras materiais, traçados ou construções que lhe conferem personalidade própria e dos quais emana, pouco a pouco, a sua alma. São testemunhos preciosos do passado que serão respeitados, a princípio, por seu valor histórico ou sentimental; depois, porque alguns trazem uma virtude plástica na qual se incorporou o mais alto grau de intensidade do gênio humano. Eles fazem parte do patrimônio humano, e aqueles que os detêm ou são encarregados de sua proteção têm a responsabilidade e a obrigação de fazer tudo o que é lícito para transmitir intacta para os séculos futuros essa nobre herança.

Serão salvaguardados se constituem a expressão de uma cultura anterior e se correspondem a um interesse geral [...].

A morte, que não poupa nenhum ser vivo, atinge também as obras dos homens. É necessário saber reconhecer e discriminar, nos testemunhos do passado, aquelas que ainda estão bem vivas. Nem tudo o que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado. Se os interesses da cidade são lesados pela persistência de determinadas presenças insignes, majestosas, de uma era já encerrada, será procurada a solução capaz de conciliar dois pontos de vista opostos: nos casos em que se esteja diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas serão conservadas a título de documentário, as outras, demolidas; em outros casos, poderá ser isolada a única parte que constitua uma lembrança ou um valor real; o resto será modificado de maneira útil. Enfim, em certas excepcionalidades poderá ser aventada a transplantação de elementos incômodos por sua situação, mas que merecem ser conservados por seu alto significado estético ou histórico.

Se sua conservação não acarreta o sacrifício de populações mantidas em condições insalubres [...].

Um culto estrito do passado não pode levar a desconhecer as regras da justiça social. Espíritos mais ciosos do esteticismo do que da solidariedade militam a favor da conservação de certos velhos bairros pitorescos, sem se preocupar com a miséria, a promiscuidade e a doença que eles abrigam. É assumir uma grave responsabilidade. O problema deve ser estudado e pode, às vezes, ser resolvido por uma solução engenhosa; mas, em nenhum caso, o culto do pitoresco e da história deve ter primazia sobre a salubridade da moradia da qual dependem tão estreitamente o bem-estar e a saúde moral do indivíduo.

Se é possível remediar sua presença prejudicial com medidas radicais: por exemplo, o destino de elementos vitais de circulação ou mesmo o deslocamento de centros considerados, até então, imutáveis.

O crescimento excepcional de uma cidade pode criar uma situação perigosa, levando a um impasse do qual só se sairá mediante alguns sacrifícios. O obstáculo só poderá ser suprimido pela demolição. Mas quando essa medida acarreta a destruição de verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais, mais vale, sem dúvida, procurar uma outra solução. Em vez de suprimir o obstáculo à circulação, desviar-se-á a própria circulação ou, se as condições o permitirem, impor-se-lhe-á uma passagem sob um túnel. Enfim, pode-se também deslocar um centro de atividade intensa e, transplantando-o para outra parte, mudar inteiramente o regime circulatório da zona congestionada. A imaginação, a invenção e os recursos técnicos devem combinar-se para chegar a desfazer os nós que parecem mais inextricáveis.

A destruição de cortiços ao redor dos monumentos históricos dará ocasião para criar superfícies verdes.

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente.

O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas nas zonas históricas, tem consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma.

Quais métodos são contrários à grande lição da história? Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para a sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas, e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de vida. Misturando o “falso” ao “verdadeiro”, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha em empenho em preservar.

LE CORBUSIER. *Carta de Atenas*. Disponível em: </portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>.

Acesso em: 18 ago. 2023, com adaptações.

Redija, com as suas próprias palavras, um resumo do texto apresentado.

Extensão do texto: de 35 a 50 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

EXERCÍCIO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Paul Virilio disse recentemente que, se parece bastante prematura a declaração de Francis Fukuyama a respeito do “fim da história”, pode-se, cada vez com mais confiança, falar atualmente do “fim da geografia”. As distâncias já não importam, ao passo que a ideia de uma fronteira geográfica é cada vez mais difícil de sustentar no “mundo real”. Parece claro, de repente, que as divisões dos continentes e do globo como um todo foram função das distâncias, outrora impositivamente reais em razão dos transportes primitivos e das dificuldades de viagem.

[...] Parece ser essa a razão – assinalemos – pela qual a “realidade das fronteiras” foi, como regra, no geral, um fenômeno estratificado de classe: no passado como hoje, as elites dos ricos e poderosos eram sempre de inclinação mais cosmopolita que o resto da população das terras que habitavam; em todas as épocas elas tenderam a criar uma cultura própria que desprezava as mesmas fronteiras que confinavam as classes inferiores; tinham mais em comum com as elites além-fronteiras do que com o resto da população do seu território.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

Nesse texto, o sociólogo e filósofo Zygmunt Bauman questiona o que seria o “fim da geografia”, em que a ideia de fronteiras fixas parece não fazer mais sentido. Além disso, o pensador relaciona a “realidade das fronteiras” a uma condição estratificada da sociedade. Com base nas ideias do autor, discorra, de forma crítica e sucinta, acerca do acesso à internet e das tecnologias digitais como fatores que sustentam a tese do “fim da geografia” e como elementos de exclusão social.

Extensão do texto: de 15 a 20 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

REDAÇÃO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Albert Einstein:

“Existe alguma forma de livrar a humanidade da ameaça de guerra?

É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?”

Sigmund Freud:

“O senhor começa com a relação entre direito e poder. Posso substituir a palavra ‘poder’ por violência?

Conflitos de interesse entre os homens se resolvem mediante o emprego da violência.

Esse é o estado original, o domínio do poder maior, da violência crua ou apoiada na inteligência. Sabemos que houve um caminho da violência para o direito.

A humanidade trocou numerosas, mesmo intermináveis pequenas guerras por raras, mas tanto mais devastadoras grandes guerras.

Quando os homens são incitados à guerra, neles há toda uma série de motivos a responder afirmativamente, nobres e baixos.

Não se trata de eliminar completamente as tendências agressivas humanas; pode-se tentar desviá-las a ponto de não terem que se manifestar na guerra.

Se a disposição para a guerra é uma decorrência do instinto de destruição, então será natural recorrer, contra ela, ao antagonista desse instinto. Tudo o que produz laços emocionais entre as pessoas tem efeito contrário à guerra. Essas ligações podem ser de dois tipos. Primeiro, relações como as que se tem com um objeto amoroso. O outro tipo de ligação emocional é o que se dá pela identificação.

Em sua forma atual, a guerra já não oferece oportunidade de satisfazer o antigo ideal heroico, e no futuro, graças ao aperfeiçoamento dos meios de destruição, uma guerra significaria a eliminação de um ou até mesmo de ambos os adversários.

Não se podem condenar igualmente todas as espécies de guerras; enquanto houver nações e reinos que estejam dispostos à destruição implacável de outros, esses outros têm que se armar para a guerra.

Mas pode não ser uma esperança utópica que a influência desses dois fatores, da atitude cultural e do justificado medo das consequências de uma guerra futura, venha a terminar com as guerras. Tudo o que promove a evolução cultural também trabalha contra a guerra.”

VENTURA, D.; SEITENFUS, R. *Um diálogo entre Einstein e Freud: por que a guerra?*

Santa Maria: FADISMA, 2005, p. 21 e 25.

FREUD, Sigmund. *Obras completas*. São Paulo: Cia. das Letras, 2010, v. 18, p. 238 - 250, com adaptações.

Com base na leitura dos excertos de troca de cartas entre Albert Einstein e Sigmund Freud no ano de 1932, discorra acerca do papel da diplomacia, fazendo referência a uma ou mais ideias mencionadas nos textos apresentados e a momentos históricos.

Extensão do texto: de 65 a 70 linhas.

[valor: 60,00 pontos]

RESUMO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A arte moderna veio de longe, seguindo os caminhos da máquina. Relacionou-se com o processo técnico, em um contínuo encadeamento de causas e efeitos. Foram surgindo, conseqüentemente, problemas de representação plástica das mais variadas formas.

Em uma primeira fase, procurou-se representar o objetivo dentro de formas geométricas puras. A realidade ficou reduzida a um tipo de natureza-morta, com a supressão da atmosfera envolvente. Desse tipo de cezanismo, com formas geometrizadas, alcançou-se gradativamente o Cubismo, de caráter estático, chamado também “pintura a duas dimensões”, isto é, pintura de volumes em superfícies planas, com decomposições de objeto.

Quase ao mesmo tempo, surgiu, na Itália, o Futurismo, em perfeita concomitância com a máquina. Trouxe consigo realizações plásticas fascinantes, com a predominância de formas dinâmicas, de alto valor expressivo. O seu ruído, de caráter polêmico, teatral, declamatório, acordou o interesse público internacional para os problemas da arte moderna.

O Expressionismo teve as suas raízes no início do século (1903 em Dresde; 1906 em Berlim, com o grupo Die Brücke; e alongou-se até a faixa de 1920). Fiel aos seus fundamentos de “expressar sentimentos”, o movimento veio recolhendo tendências plásticas diversas. Enriqueceu-se com experiências novas. Algumas fases da sua evolução se caracterizam com integrações exóticas. Cores vibrantes invadem as telas, com erupções desbordantes. Quebram-se estruturas, envolvidas em massas convulsas. O Expressionismo toca profundidades. Nele predominam, geralmente, as formas trágicas. Um ensaísta francês classificou-o de “um simples fauvismo mais violento”.

Quando veio a guerra (1914), as forças de destruição refletiram-se, necessariamente, no espírito da geração montparnasiana. Esta, em uma fúria vanguardista, conduzia as novas representações plásticas no caminho da desagregação. A arte espelhava um mundo convulso tocado de angústia humana, com dramas profundos e arrasado pelo choque de massas brutas.

O grupo Dadá (composto, em parte, de subartistas apátridas, refugiados em um Cantão suíço, em 1916) aproveitou-se da confusão para fazer uma tábua rasa de valores. Do Café Voltaire, em Zurich, os dadaístas soltavam manifestos. Proclamavam, arrogantemente, a antiarte. As suas demonstrações levavam, geralmente, à tônica de sarcasmo ou burla. Nas revistas do grupo (391, Canibale), entretinham-se em elogios dos cataclismos. Exaltavam, com um sentido anarquista, as formas homicidas.

Este movimento, com as heranças da guerra, derivou, mais tarde, para o Surrealismo (registrado por alguns críticos como filho bastardo de Dadá). Reduziu o mundo real ao imaginário com aspirações obscuras. Fechou parênteses às ideias cartesianas, que ainda prevaleciam nas letras e nas artes. “O homem não é mais prisioneiro da sua razão” (André Breton). Abriu portas ao subconsciente, para a fermentação de ideias intuitivas. Esfinges interrogando interioridades humanas.

Paris, o centro magnético da Europa, agitava-se, direta ou indiretamente, com essa multiplicidade de escolas.

Manifestações nos domínios da arte, por vários cantos do mundo, tinham seus reflexos na grande cidade. Essa situação se repetia desde as primeiras tentativas de arte moderna, em busca de maior poder expressivo.

Nessa fase de inquietações, nos começos do século, os cafés da *rive gauche* animavam-se em controvérsias teóricas. Os artistas discutiam ideias que resultavam de novas experiências plásticas. Telas do grupo de vanguarda eram recusadas pelo Salão Oficial. A crítica consagrava artistas, sob um jogo de influências. Mas as novas teorias iam ganhando terreno. Algumas escolas iam caindo em descrédito. Cediam lugar a outras, em transformações contínuas.

Enquanto Paris se agitava dentro de novas correntes culturais, no Brasil somente algumas poucas áreas eram sensíveis a essa inquietação. Pressentia-se, em vibrações vagas, a necessidade de substituir a expressão artística por formas mais evoluídas.

São Paulo, em problemas de arte, permanecia ainda em um velho conformismo, amarrado a formas antiquadas, em contradição com a sua pujança econômica. Guardava posições acadêmicas, em uma rigorosa sujeição aos preceitos rotineiros.

Os andaimes se projetavam, cada vez mais altos. As chaminés afirmavam a sua força industrial, pelos setores urbanos. Mas o espírito moderno (no período anterior a 1922), em suas tímidas vacilações, não havia penetrado nos seus hábitos de atividade, em sintonia com a sua evolução material. Estava embrionário. Ocultava-se, entre resíduos passadistas, vago e desajustado.

Por volta do ano de 1917, em plena guerra, veio ao Brasil, como Enviado Plenipotenciário, Paul Claudel, para cuidar dos interesses da França (arrendamentos de navios confiscados da Alemanha; transações de café com a firma Prado Chaves etc.).

Veio, com ele, Darius Millaud, como adido cultural da Missão. De chegada, Millaud tomou carinho pelas coisas brasileiras. Fascinou-se pelas formas tropicais. Em horas vagas, fazia excursões com Claudel pelas Paineiras, Tijuca, imediações do largo do Boticário e pelo Jardim Botânico. Encheu os quintais da Embaixada, à rua Paissandu, com folhagens de plantas exóticas. Amigos lhe arranjaram uma coleção de araras e tucanos. Nas suas relações com gente jovem e de instinto boêmio, contagiou-se com músicas de Carnaval, que desciam dos morros, em ritmos novos, em um cerrado de contraponto de tambores.

Frequentemente, Claudel e Millaud iam à casa dos Betim Pais Leme, onde passavam restos de tarde. Dona Isar, com uma apurada sensibilidade musical, trazia, em revista, sambas e outros fragmentos de Ernesto Nazaré e Tupinambá. A casa dos Pais Leme oferecia um ambiente delicioso, para essas duas personalidades. Estavam aprendendo lições de Brasil...

Quando Millaud voltou à Europa, levou consigo a tônica da nossa música. O ritmo do samba, em novas estilizações, estendeu-se pela sua obra (publicou os *Souvenirs du Brésil* e *Notes sans musique*). A marchinha *Boi no telhado* transformou-se no famoso *Boeuf sur le toit*. Mais tarde, virou boate que, por uns tempos, foi em Paris ponto de reunião de elementos de vanguarda: Apollinaire, Cocteau, Léger, o próprio Darius Millaud e outros.

As conversas do grupo semearam entusiasmos geográficos. Narrava-se um Brasil imaginário, cheio de paisagens coloridas, como um país de utopia.

“A terra é de tal maneira graciosa.”

Trenzinhos subindo o Corcovado. Lá em cima, os paredões de rocha viva, com esculturas monolíticas. E a cidade imensa se estendendo, em sínteses geométricas, pela beira do mar. Sambas por toda parte.

Essas digressões iam se repetindo, com acréscimos individuais. Espalharam-se por outros grupos. Os próprios brasileiros, que faziam suas férias em Paris, começaram a gostar desse “Brasil” cordial, narrado na sua frescura primitiva.

Havia, em São Paulo, uma pequena elite culta, que ia e vinha todos os anos da Europa. Uma seminobrezia rural, com longas tradições de família, florescia à base do café. Eram tempos tranquilos e de fartura plena. Latifúndios opulentos. Cafezais a se perderem de vista.

O reduzido grupo de pessoas de bom gosto e cultas, que fazia regularmente as suas viagens transatlânticas, não ficava indiferente aos fatos mais notórios da vida artística europeia. Ouviam os diálogos de um mundo em plena transformação.

Em contato com artistas de vanguarda, procuravam conhecer as várias modalidades da pintura moderna e suas sutilezas técnicas. De volta a São Paulo, traziam consigo peças adquiridas, de pintura figurativa ou de correntes abstracionistas. E explicavam aos amigos os princípios básicos desses movimentos. Com as novas tendências plásticas, o artista estava em pleno domínio de expressão, isto é, podia exprimir livremente as suas criações, com maneiras que lhe eram peculiares, emancipado de qualquer formulário estilístico.

BOPP, Raul. *Vida e morte da antropofagia*. José Olympio. Edição do Kindle, com adaptações.

Redija, com as suas próprias palavras, um resumo do texto.

Extensão do texto: de 35 a 50 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

EXERCÍCIO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

O encontro

Em 1926, a coluna social *Noticiário Elegante* registrou a primeira visita que um jovem antropólogo pernambucano, o “Doutor” – como fez questão de frisar o colunista Gilberto Freire – fez ao Rio de Janeiro. Sobre essa visita, fica registrada uma “noitada de violão”, assim chamada pelo próprio escritor em seu diário. Nela, estavam presentes o historiador Sérgio Buarque de Holanda; o promotor Prudente de Moraes Neto; o compositor clássico Heitor Villa-Lobos; o pianista Luciano Gallet; e os sambistas Patrício Teixeira, Donga e Pixinguinha. O encontro juntava, portanto, dois grupos bastante distintos da sociedade brasileira da época. De um lado, representantes da elite, da intelectualidade e da arte erudita e, do outro lado, músicos oriundos das camadas mais pobres da cidade. Dois jovens escritores, que iniciavam as pesquisas que resultaram em *Casa-Grande e Senzala*, em 1933, e *Raízes do Brasil*, em 1936, obras fundamentais na definição do que seria brasileiro no Brasil e, à frente deles, Pixinguinha, Donga e Patrício Teixeira, os quais definiam a música que seria, a partir dos anos 30, considerada como o que, no Brasil, existe de mais brasileiro. Essa “noitada de violão” pode servir como alegoria, no sentido carnavalesco da palavra, “da invenção de uma tradição”, aquela do Brasil mestiço, onde o samba ocupa lugar de destaque como elemento definidor de nacionalidade e, como diria Antonio Candido, de “quebra de barreiras”, servindo de elemento unificador ou de canal de comunicação para grupos bastante diversos da sociedade brasileira.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, UFRJ, 2007, p. 19, com adaptações.

Considerando o encontro descrito pelo antropólogo Hermano Vianna, suas reflexões, bem como a cultura brasileira em geral, analise a relevância, no Brasil, das artes como formadoras da identidade nacional. Nesse contexto, comente como as artes, sobretudo a música, podem ser campo privilegiado, no qual é possível, além do debate identitário, o encontro entre a cultura popular e a erudita.

Extensão do texto: de 15 a 20 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS DISCURSIVAS

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de língua portuguesa é composta por 1 (um) tema de redação, 1 (um) resumo e 1 (um) exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 5 (cinco) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) para a redação, 2 (duas) para o resumo e 1 (uma) para o exercício. As folhas de texto definitivo indicarão se pertencem à redação, ao resumo ou ao exercício. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre redação, resumo e exercício e folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- A resposta para a redação deverá ter extensão mínima de 65 (sessenta e cinco) linhas e máxima de 70 (setenta) linhas, o resumo deverá ter extensão mínima de 35 (trinta e cinco) linhas e máxima de 50 (cinquenta) linhas e o exercício deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 20 (vinte) linhas.
- Serão apenadas a redação, o resumo e o exercício que desobedecerem à extensão mínima ou máxima de linhas, deduzindo-se, da pontuação atribuída à redação ou ao resumo ou ao exercício, **2,0 (dois)** pontos para cada linha que faltar para atingir o mínimo ou que exceder o máximo exigido.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

REDAÇÃO

Leia, com atenção, os textos a seguir.

“A máxima segundo a qual o perturbador da paz está sempre errado é a que deve guiar as Nações Unidas. Quem quer que procure interromper a paz, semear discórdia entre nações, ou promover uma guerra de nervos, será doravante subjugado pela inabalável determinação de todos os que têm sofrido as amarguras da guerra e que resolveram nunca mais admitir que semelhante catástrofe ocorra.”

(Embaixador Luiz Martins de Souza Dantas, I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU – Parte I. Londres, 10 de janeiro de 1946. In: FUNAG. *A Palavra do Brasil nas Nações Unidas, 1946-1995*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 27).

“Se considerado à luz do princípio da igualdade de todos os Estados perante a lei, o Artigo 27 (da Carta da ONU) foi um preço muito alto pago por pequenos e médios países pela obtenção da Carta (...) O Brasil, embora seja em tese contrário ao veto, aceitou-o dentro de espírito construtivo, em nome da obtenção de resultados práticos. Pensamos que, enquanto todos os Estados são iguais perante a lei em termos teóricos, suas responsabilidades concernentes à preservação da paz são diretamente proporcionais aos seus meios de ação e, por conseguinte, variam muito. Por esta razão, decidimos que era necessário confiar nas grandes potências.”

(Embaixador Pedro Leão Velloso, I Sessão Ordinária da Assembleia Geral da ONU – Parte II, – com adaptações. *Idem*, p. 31).

Considerando o contexto recente das relações exteriores no Brasil, analise sucintamente a atualidade, ou não, dos argumentos contidos nos trechos dos discursos apresentados. Discuta brevemente, com ilustrações, um ou mais dos seguintes elementos: “o perturbador da paz está sempre errado”; “preço muito alto pago por pequenos e médios países”; “o Brasil foi contrário ao veto, mas aceitou-o dentro de espírito construtivo para obtenção de resultados práticos”; “é necessário confiar nas grandes potências”.

Extensão de texto: de 65 a 70 linhas.
[valor: 60,00 pontos]

RESUMO**Leia, com atenção, o texto a seguir.**

Na história do constitucionalismo brasileiro, somente com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), é que o País passou a figurar no rol das nações detentoras de uma língua oficial constitucionalizada. Antes disso, é possível encontrar referências sobre línguas na Constituição de 1934, por meio da expressão “idioma pátrio”, e, nas Constituições de 1946 e 1967, por meio da expressão “língua nacional”. Em nenhuma dessas constituições, no entanto, há referência explícita sobre ser a língua portuguesa o idioma pátrio (1934) ou mesmo a língua nacional (1946/67). No entanto, o próprio fato de termos essas mesmas constituições redigidas e publicadas na língua portuguesa nos autoriza, com certo grau de segurança, a afirmar que, nesses documentos, as expressões referiam-se diretamente ao português.

Diante da inovação apresentada pela CF/88, a “Constituição Cidadã”, cumpre-nos agora nos debruçar e discutir as possibilidades e os limites jurídicos acerca da condição de idioma oficial que foi dada à língua portuguesa no Brasil. Isso significa, entre outras questões, buscar responder, de forma mais imediata, às seguintes perguntas: o que significa para um Estado ter um idioma oficial? O que significa, para uma língua, ser alçada à condição de idioma oficial?

Sob um viés *lato sensu*, é possível afirmar que, nos Estados modernos, os idiomas oficiais possuem duas funções prototípicas: uma função interna, por meio da qual visa a ser instrumento linguístico do processamento da burocracia estatal nas mais distintas esferas – judicial, educacional, legislativa etc. –, e uma função externa, diretamente vinculada à soberania do Estado, que diz respeito à(s) língua(s) com a(s) qual(is) uma determinada nação se comunicará com outras nações, igualmente soberanas, na esfera das relações internacionais.

Pode também a língua oficial, ainda que acessoriamente, no âmbito internacional, situar um Estado no âmbito das grandes fônias mundiais, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, da qual o Brasil faz parte desde 1996.

Diante da apresentação das duas grandes funções exercidas pelas línguas oficiais, nos Estados nacionais, inclusive no Brasil, podemos claramente chegar a algumas conclusões:

- a) A condição de língua/idioma oficial é uma construção político-jurídica que visa à instrumentalização linguística dos Estados nacionais, nos âmbitos interno e externo. As normas constitucionais que regulam a escolha e a implementação de uma ou mais línguas oficiais em um país não estão, desse modo, diretamente vinculadas aos direitos dos indivíduos de utilizar suas próprias línguas, mas ao poder do Estado de determinar com qual(is) língua(s) vai operar a sua burocracia e se relacionar, no âmbito internacional, com outros Estados.
- b) Um idioma oficial, de natureza constitucional, possui, necessariamente, uma função vinculada à organização do Estado e uma função atrelada às relações internacionais entre Estados.

Realizadas essas ponderações preliminares acerca das funções estatais prototípicas de um idioma oficial, normalmente instituído por norma constitucional, resta-nos proceder a uma análise, ainda que sucinta, da norma que institui o português como idioma oficial do Brasil, para verificarmos se a norma insculpida no art. 13 da CF/88 teria, de fato, o condão de cumprir os objetivos para os quais foi projetada.

Na CF/88, a questão do idioma oficial é apresentada no Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), Capítulo III (Da Nacionalidade), art. 13.

Para nos auxiliar nesse processo de análise, lançaremos mão de um rápido exercício de direito comparado, mantendo-nos estrategicamente no ambiente da lusofonia, para contrapor à questão do idioma oficial na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a questão do idioma oficial presente na sua irmã mais velha e que lhe serviu de inspiração, a Constituição da República Portuguesa de 1976.

De forma direta e imediata, é possível constatar a nítida diferença no que diz respeito à forma como a língua oficial é apresentada em ambas as cartas constitucionais. Enquanto, na lei brasileira, a matéria é abordada de forma vinculada aos direitos da nacionalidade, na carta lusitana a temática é normatizada no art. 11 (Símbolos nacionais e língua oficial) e complementada nos arts. 7 (Relações internacionais) e 9 (Tarefas fundamentais do Estado).

Percebe-se, de forma clara, que a questão do idioma oficial no Brasil é temática pantanosa e que repousa sob o manto de uma tentativa retórica de construção de uma nacionalidade brasileira em torno de uma suposta língua comum, do hino, das armas e do selo nacionais. Tal estratégia, de fato, não é algo incomum nas constituições ocidentais promulgadas após a Segunda Guerra Mundial. O que chama bastante a atenção, no caso brasileiro, é a total ausência de vinculação explícita do seu idioma oficial às questões de natureza da política externa e da gestão linguística da administração interna do Estado.

A imprecisão do constituinte brasileiro, tanto no processo de vinculação da matéria “idioma oficial” à temática da nacionalidade quanto na falta de definições constitucionais explícitas e claras acerca dos objetivos internos e externos dessa língua, tem sido um severo obstáculo na elaboração de políticas linguísticas de promoção e valorização da diversidade linguística no nosso País.

Um simples questionamento atual e candente já seria suficientemente capaz de ilustrar as consequências negativas que essa imprecisão constitucional imprime nos estudos e nas formulações de algumas políticas públicas voltadas para a nossa condição de nação multilíngue, senão vejamos: se, no Brasil, a matéria constitucional “idioma oficial” está vinculada aos direitos da nacionalidade e a competência para legislar sobre tais direitos, nos termos do art. 22, inciso XIII da CF/88, é privativa da União, poderiam os municípios brasileiros editar leis de cooficialização de línguas nos seus territórios?

A resposta a essa pergunta, se futuramente dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), mais alta corte jurídica nacional e guardião da Constituição, definirá a (in)constitucionalidade de um conjunto significativo de leis municipais de cooficialização de línguas e poderá representar a linha divisória entre consagração ou frustração de uma das mais engenhosas e produtivas políticas de promoção e proteção das línguas minoritárias no Brasil.

Outro aspecto de grande relevo acerca do processo de constitucionalização da língua portuguesa na condição de idioma oficial envolve diretamente alguns diplomas normativos infraconstitucionais que não fazem referência ao idioma oficial da República, lançando mão, em vez disso, da expressão “língua nacional”.

A elucidação dessa aparente contradição classificatória é fundamental para que se possa discutir, de forma inequívoca, a existência de possíveis processos de nacionalização das línguas brasileiras na contemporaneidade.

ABREU, Ricardo Nascimento. *Estatutos jurídicos e processos de nacionalização de línguas no Brasil*: considerações à luz de uma emergente teoria dos direitos linguísticos. Disponível em: <<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1324>>, com adaptações. Acesso em: 12 jun. 2021.

Redija, com as suas próprias palavras, um resumo do texto.

Extensão de texto: de 35 a 50 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

EXERCÍCIO

Leia, com atenção, o texto a seguir.

A globalização, obviamente, não é um fenômeno novo. Sua história coincide com a era da exploração e da conquista europeias e com a formação dos mercados capitalistas mundiais. Existem as forças dominantes de homogeneização cultural e os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo o globo. Hoje em dia, o “meramente” local e o global estão atados um ao outro, não porque este último seja o manejo local dos efeitos essencialmente globais, mas porque cada um é condição de existência do outro. Antes, a “modernidade” era transmitida de um único centro. Hoje, ela não possui um tal centro. O velho modelo centro-periferia, cultura-nacionalista-nação está desabando. As culturas emergentes que se sentem ameaçadas pelas forças da globalização, da diversidade e da hibridização, ou que falharam no projeto de modernização, podem se sentir tentadas a se fechar em torno de suas inscrições nacionalistas e construir muralhas defensivas. A alternativa não é se apegar a modelos fechados, unitários e homogêneos de “pertencimento cultural”, mas abarcar os processos mais amplos, o jogo da semelhança e da diferença, que estão transformando a cultura no mundo inteiro. Esse é o caminho da “diáspora”, que é a trajetória de um povo moderno e de uma cultura moderna.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003, p. 35 a 47, com adaptações.

Com base nas ideias do texto, discorra sucintamente acerca do caminho da diáspora contemporânea em relação ao Brasil e aos brasileiros, abordando, para tanto, a relevância do jogo da semelhança e da diferença em processos migratórios. Em seu texto, opte por tratar da perspectiva de quem procura melhores condições de vida em outros países ou da perspectiva dos que recebem quem está à procura disso.

Extensão de texto: de 15 a 20 linhas.
[valor: 20,00 pontos]

INSTRUÇÕES PARA AS PROVAS DISCURSIVAS

PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Orientações para a elaboração dos textos das provas discursivas.

- A prova de língua portuguesa é composta por 1 (um) tema de redação e 2 (dois) exercícios de interpretação, de análise ou de comentário de textos.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente, e as respostas deverão ser transcritas para as folhas de texto definitivo.
- As **folhas de texto definitivo** das provas discursivas não poderão ser assinadas, rubricadas e nem conter, em outro local que não o apropriado, nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- As **folhas de texto definitivo** são os únicos documentos válidos para a avaliação das provas discursivas.
- O candidato receberá 4 (quatro) folhas de texto definitivo das provas discursivas, sendo 2 (duas) para a redação e 1 (uma) para cada exercício. As folhas de texto definitivo indicarão se pertencem à redação, ao exercício 1 ou ao exercício 2. O candidato deverá observar atentamente a correspondência entre redação e exercícios e folha de texto definitivo, sob pena de ter o seu texto avaliado negativamente.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação das provas discursivas.
- A resposta para a redação deverá ter extensão mínima de 65 (sessenta e cinco) linhas e máxima de 70 (setenta) linhas, e cada exercício deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 20 (vinte) linhas.
- Serão apenadas a redação e o exercício que desobedecerem à extensão mínima ou máxima de linhas, deduzindo-se, da pontuação atribuída à redação ou ao exercício, **2,0 (dois)** pontos para cada linha que faltar para atingir o mínimo ou que exceder o máximo exigido.
- Inicie, impreterivelmente, o seu texto na linha identificada como número 1 na página inicial da folha de texto definitivo.

REDAÇÃO

Uma das obras do embaixador Alberto da Costa e Silva tem por título *Um rio chamado Atlântico*.

SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*. A África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

O escritor Guimarães Rosa escreveu um conto intitulado *A terceira margem do rio*.

ROSA, J. Guimarães. *A terceira margem do rio*. In: *Primeiras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 14-48.

Combine as duas metáforas observadas nos títulos apresentados e discorra a respeito do que, em sua opinião, seria a “terceira margem” do Atlântico Sul.

Extensão do texto: 65 a 70 linhas
[valor: 60,00 pontos]

O direito à literatura

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos de folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos. Não há povo e não há ser humano que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação, a mola da literatura, em todos os seus níveis e em todas as suas modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito – como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Assim, os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, com adaptações.

A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini

Na América Latina, a abrupta interpenetração e coexistência de culturas estrangeiras e dissímiles gerou processos de mesclagem que, em diferentes momentos do século 20, serão chamados de ocidentalização, aculturação, transculturação, heterogeneidade cultural, globalização e hibridismo. Tais terminologias desenvolveram-se no afã de designar os novos processos e produtos resultantes das ordens simbólicas, que, desde o final do século 15, concorreram para a formação dos países latino-americanos.

Ao propor um debate a respeito das teorias da modernidade e da pós-modernidade para a América Latina, Canclini se ocupa tanto dos usos populares quanto do culto, tanto dos meios massivos de comunicação quanto dos processos de recepção e apropriação dos bens simbólicos. O entrelaçamento desses elementos veio a engendrar o que ele designou como “culturas híbridas”. Canclini identifica, nos países latino-americanos, o entrecruzamento de diferentes tempos históricos que coexistem em um mesmo presente de forma desarticulada, fenômeno que designou como “heterogeneidade multitemporal” (1995, p. 72).

GAGLIETTI, Mauro; BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2007/resumos/r0585-1.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2019, com adaptações.

No texto *O direito à literatura*, o crítico literário brasileiro Antonio Candido afirma que a literatura em sentido amplo tem de ser vista como um direito básico do ser humano. No texto *A questão da hibridação cultural em Néstor García Canclini*, o pensamento dos pesquisadores ressalta o aspecto híbrido das culturas latino-americanas observado por Canclini. Com base nessas leituras, discorra, de forma crítica e sucinta, acerca da relação entre a consciência de unidade – a identidade – e a consciência da diferença – a alteridade – na cultura brasileira contemporânea no contexto das relações internacionais.

Extensão do texto: 15 a 20 linhas
[valor: 20,00 pontos]

EXERCÍCIO 2

O alimento representa o povo que o consome em uma imagem imediata e perceptiva. Dá a impressão confusa e viva do temperamento e da maneira de viver, de conquistar os víveres, de transformar o ato de nutrição em uma cerimônia indispensável de convívio humano.

A cozinha dos povos colonizadores não erradicou a cozinha dos povos colonizados. Houve, naturalmente, uma interdependência tanto maior quanto o grau de assimilação seja mais alto. [...] A população nascida dessas raízes étnicas possuirá uma cozinha participante de ambas as influências.

A feijoada, simples ou “completa” (sempre incompleta, no julgamento dos entendidos), é o primeiro prato brasileiro em geral. Inútil tentar divulgá-la como atração turística. Será mesmo que oferecer caracóis e rãs a um sertanejo velho. Demasiadamente nutritiva, indigesta, estorpecedora. Certos alimentos exigem a capacidade conterrânea do consumo e do gosto, intransmissível ao estrangeiro, mesmo curioso de originalidades anômalas. Todos esses visitantes possuem suas maravilhas locais que escapam ao nosso gabo sincero. [...] O paladar não é tão universal como a fome. Há distinções, resistências, peculiaridades, imposições misteriosas para o entendimento. A feijoada é uma dessas obras-primas, obrigando iniciação nacionalizante.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Global Editora, 2016 (1ª edição digital), com adaptações.

Com base na leitura dos trechos apresentados, comente a afirmação a seguir.

“O alimento representa o povo que o consome.”

Extensão do texto: 15 a 20 linhas
[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios da prova escrita de Língua Portuguesa no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30,00 pontos**, o que totalizará os **60,00 pontos** possíveis. Na avaliação de cada exercício, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10,00 pontos**, o que totalizará os **20,00 pontos** possíveis em cada exercício.
- Será atribuída nota **zero** à redação ou ao exercício **que não se ativer ao tema proposto ou que obtiver pontuação zero na avaliação de correção gramatical e propriedade da linguagem**.
- Serão apenados a redação e o exercício que desobedecerem aos limites mínimo ou máximo de palavras, deduzindo-se da pontuação atribuída à redação ou ao exercício **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para atingir o mínimo ou que exceder o máximo estabelecidos.

REDAÇÃO

Vi numerosos documentos diplomáticos relativos a esse período da história de meu país, período que sempre me interessou especialmente e que felizmente é fecundo em documentos. O telégrafo ainda não existia. Os jornais não eram tão admiravelmente informados quanto hoje, quando eles se acham em condições de se informar nas próprias chancelarias. Os diplomatas eram pois forçados a escrever volumosos relatos, que nada perderam de seu interesse, pois que neles se encontram coisas que não se encontrariam alhures. É esse último traço de escrevinhadores, digamos antes de escritores, a fim de não amarrotar-lhes a memória, que distingue principalmente os agentes políticos de outrora dos seus confrades atuais, aos quais a vida intensa e perfeitamente aparelhada tem feito perder esse honesto costume.

Oliveira Lima. **Formação histórica da nacionalidade brasileira**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 192.

No trecho apresentado, retirado de conferências que proferiu na Sorbonne, em 1911, Oliveira Lima trata da documentação produzida entre 1823 e 1825 pelo serviço diplomático de um Brasil recém-independente de Portugal e ocupado, primordialmente, pela questão do reconhecimento, por outros países, dessa nova condição de Estado soberano. Considerando essas informações e o trecho em questão, discorra sobre o papel do diplomata como produtor de informação confiável e privilegiada em uma realidade em que as notícias se difundem — seja pelos meios de comunicação, seja pelas chamadas redes sociais — de forma cada vez mais imediata e abrangente.

Extensão: 600 a 650 palavras

[valor: 60,00 pontos]

EXERCÍCIO 1

Estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia

Dois de fevereiro de 1987: “Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar”. São palavras constantes do discurso de posse como Presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Hoje, 5 de outubro de 1988, no que tange à Constituição, a Nação mudou. (...)

Assinalarei algumas marcas da Constituição que passará a comandar esta grande Nação. A primeira é a coragem. A coragem é a matéria-prima da civilização. Sem ela, o dever e as instituições perecem. Sem a coragem, as demais virtudes sucumbem na hora do perigo. Sem ela, não haveria a cruz, nem os evangelhos. A Assembleia Nacional Constituinte rompeu contra o *establishment*, investiu contra a inércia, desafiou tabus. Não ouviu o refrão saudosista do velho do Restelo, no genial canto de Camões. (...)

A exposição panorâmica da lei fundamental que hoje passa a reger a Nação permite conceituá-la, sinoticamente, como a Constituição coragem, a Constituição cidadã, a Constituição federativa, a Constituição representativa e participativa (...), a Constituição fiscalizadora. (...)

Todos os dias, meus amigos constituintes, quando divisava, na chegada ao Congresso, a concha côncava da Câmara rogando as bênçãos do céu, e a convexa do Senado ouvindo as súplicas da terra, a alegria inundava meu coração.

Discurso proferido pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, na sessão de 5 de outubro de 1988, por ocasião da Promulgação da Constituição.

Este ano, a Constituição da República Federativa do Brasil comemora trinta anos de vigência. Considerando a reflexão do deputado Ulysses Guimarães feita com base na imagem das conchas côncava e convexa da arquitetura do Congresso Nacional, escolha um aspecto que possa ser interpretado como “bênção do Céu” ou “súplica da terra” na história recente da sociedade brasileira e discorra sucintamente sobre ele. Caso o aspecto escolhido figure no texto constitucional, comente se sua implementação tem sido exitosa.

Extensão: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

EXERCÍCIO 2

(...) marcado o dia em que o texto da Declaração seria submetido ao plenário da Assembleia, (...) Charles Malik surpreendeu Athayde com a informação de que, por indicação da Sra. Roosevelt, ele seria o orador da sessão.

(...)

A Delegação do Brasil quer exprimir aqui (...) a satisfação do seu governo ante a obra realizada pela Terceira Comissão (...) redigindo e aprovando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (...) Cada um de nós fez concessões (...) Unidos, formamos a grande comunidade do mundo e é exatamente dessa união que decorre a nossa autoridade moral e política. Declaramos (...) em nome de todos os homens e mulheres, que os seus direitos devem ser protegidos por todos os povos, agindo coletivamente em nome da Justiça internacional.

(...)

Rubem Braga (...) tratou seu colega com ironia (...) “Eu acharia mais prudente escrever assim o artigo primeiro: ‘Criados à imagem e semelhança de Deus e do Diabo, os seres humanos nascem livres ou escravos, e sempre desiguais em direito e dignidade. Alguns estão dotados pela Natureza de razão e consciência, muitos de espírito de porco e de inconsciência, e todos de baixos instintos, de tal modo que devem agir reciprocamente com a maior cautela e desconfiança.’”.

Cícero Sandroni, Laura Constância Sandroni. **Austregésilo de Athayde**: o século de um liberal. Rio de Janeiro: Agir, 1998, p. 473-7 (com adaptações).

Tendo como referência o fragmento de texto apresentado, dê sua opinião sobre a relevância da Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada setenta anos atrás, e sobre a universalidade, ou não, dos direitos nela proclamados.

Extensão: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30,00 pontos**, o que totalizará os **60,00 pontos** possíveis. Na avaliação de cada exercício, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10,00 pontos**, o que totalizará os **20,00 pontos** possíveis em cada exercício.
- Será atribuída nota zero à redação ou ao exercício **que não se ativer ao tema proposto ou que obtiver pontuação zero na avaliação de correção gramatical e propriedade da linguagem**.
- Serão apenados a redação e o exercício que desobedecerem aos limites mínimo ou máximo de palavras, deduzindo-se, da pontuação atribuída à redação ou ao exercício, **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para atingir o mínimo ou que exceder o máximo estabelecidos.

PARTE I – REDAÇÃO

Eu sou contra a tolerância, porque ela não basta. Tolerar a existência do outro e permitir que ele seja diferente ainda é pouco. Quando se tolera, apenas se concede, e essa não é uma relação de igualdade, mas de superioridade de um sobre o outro. Sobre a intolerância já fizemos muitas reflexões. A intolerância é péssima, mas a tolerância não é tão boa quanto parece.

José Saramago, em entrevista a Sandra Cohen. **Um ateu preocupado com Deus**. In: O Globo, Rio de Janeiro, 27/6/1993 (com adaptações).

A partir da reflexão de José Saramago, apresentada no texto acima, disserte sobre o tema da tolerância, seja nas relações entre pessoas, seja entre religiões ou entre Estados, e expresse, com argumentos, se concorda ou discorda do que declarou o escritor português.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
[valor: 60,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 1

As guerras e revoluções (...) chegam, na leitura dos seus efeitos, a causar não horror mas tédio. Não é a crueldade de todos aqueles mortos e feridos, o sacrifício de todos os que morrem batendo-se, ou são mortos sem que se batam, que pesa duramente na alma: é a estupidez que sacrifica vidas e haveres a qualquer coisa inevitavelmente inútil. Todos os ideais e todas as ambições são um desvario de comadres homens. Não há império que valha que por ele se parta uma boneca de criança. Não há ideal que mereça o sacrifício de um comboio de lata. Que império é útil ou que ideal profícuo? Tudo é humanidade, e a humanidade é sempre a mesma — variável mas inaperfeiçoável, oscilante mas improgressiva.

Fernando Pessoa. **Livro do desassossego**. Porto: Porto Editora, 2017, p. 361.

Comente o fragmento de texto acima, de Fernando Pessoa, indicando, sucintamente, se concorda ou não com a opinião do autor sobre o que ele considera inutilidade do sacrifício e dos conflitos por ideais e ambições. Exemplifique sua argumentação com algum processo, causa ou ideário histórico-político.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 2

Tradicionalmente, o conceito de diplomacia pública esteve associado à promoção da imagem de um país no exterior. No Brasil, a diplomacia pública é entendida não só nessa acepção tradicional, mas também no sentido de maior abertura do Ministério das Relações Exteriores e da política externa brasileira à sociedade civil, em um esforço de democratização e transparência das políticas públicas nacionais.

Diplomacia Pública. Internet: <www.itamaraty.gov.br>.

Tendo como referência inicial o texto acima, comente o papel da diplomacia pública na interação, em democracias, entre a chancelaria e a sociedade, indicando alguns dos desafios nesse âmbito.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, os espaços indicados para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado, pois qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30,00 pontos**, o que totalizará os **60,00 pontos** possíveis. Será atribuída nota **zero** à redação ou ao exercício **que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação zero na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem**.
- Na avaliação de cada exercício, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10,00 pontos**, o que totalizará os **20,00 pontos** possíveis.
- Serão apenados a redação e o exercício que desobedecerem à extensão mínima ou máxima de palavras, deduzindo-se, da pontuação atribuída à redação ou ao exercício, **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para atingir o mínimo ou que exceder o máximo estabelecidos.

PARTE I – REDAÇÃO

“Antes cair das nuvens, que de um terceiro andar.”

Machado de Assis. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Capítulo CXIX. In: **Obra completa**. Volume I. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962, p. 615 (com adaptações).

A partir de sua interpretação da citação de Machado de Assis, comente um fato relevante da cultura brasileira ocorrido no século XX; ou, alternativamente, um fato relevante da história mundial ocorrido no mesmo período; e relacione o fato escolhido à citação.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras

[valor: 60,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 1

O que Mário de Andrade esperava de nós não era que o seguíssemos, mas que nos descobríssemos a nós mesmos, ao que pudesse haver de bom em nós, no sentido de inquietação, desejo de investigação e reflexão: queria (e foi explicitando isto nas cartas que passaria a nos escrever, paciente, pedagógico, obstinado) que adquiríssemos consciência social da arte e trabalhássemos utilitariamente nesse sentido, pela descoberta ou redescoberta gradativa do Brasil em nós, atualizados e responsáveis. Nunca segui a fundo a lição de Mário, mas o pouco de ordem (sob a desordem superficial) que passei a pôr no que escrevia é consequência da ação dele para me salvar do individualismo e do estetismo puro.

Carlos Drummond de Andrade. **Tempo, vida e poesia**.
Entrevistas concedidas em 1954 (com adaptações).

Tendo como referência inicial o excerto acima, comente o valor da arte como instrumento de conscientização sobre o Brasil.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 2

O diplomata, como o poeta, trabalha com as palavras. Tendo por alvo destinatários tão diferentes e intenções quase opostas, ambos as usam para mostrar e para ocultar, para convencer e iludir.

Alberto da Costa e Silva. **Diplomacia e cultura**. In: Alberto da Costa e Silva (Org.). **O Itamaraty na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 2002, p. 26.

Comente a citação acima, indicando se concorda com as ponderações nela contidas, e discorra sobre a importância da retórica na diplomacia.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, o espaço indicado para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite ou quaisquer palavras que ultrapassem os limites máximos estabelecidos serão desconsiderados. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30,00 pontos**, o que totalizará os **60,00 pontos** possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação ou ao exercício **que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0,00 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.**
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10,00 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10,00 pontos**, o que totalizará os **20,00 pontos** possíveis.
- Será apenas o texto que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para o completamento do mínimo exigido na redação e em cada um dos exercícios.

PARTE I – REDAÇÃO

Há hoje, entre nós, numerosos salvadores e “grandes” pregadores do espírito nacional. A lembrança de Camões, mais ou menos estruturada à fisionomia ardente de Péguy, incita nossos escribas, determinados a desvendar o segredo das agruras políticas que nos castigam. Que Deus me afaste de semelhante infantilidade, de tão enfatuada tolice. Se procuro com certa insistência aquilo que poderia me indicar a marca de um “espírito brasileiro”, é para definir a mim mesmo e encontrar em meu íntimo a permanência desses valores nacionais que determinam a existência de um verdadeiro escritor. E, se assim procedo, é exatamente porque não sinto muito vivas as minhas raízes, sofro antes de uma carência que me põe constantemente inquieto e me faz debruçar sobre todos esses tristes problemas com um mal-estar que se avizinha da repugnância. Não fossem a certeza de que uma essência verdadeira existe, em qualquer escuro desvão desse país de ambições diminutas (a ambição, como o apetite, é um dos sintomas mais vivos de vitalidade), e a certeza sobre o fato de podermos adaptar livremente nossos sonhos de realidade e sobrevivência, talvez de há muito tivesse deixado de remoer essas questões; resta que não somos escritores em vão, como um instrumento vibrado pelo vento: nosso destino, queiramos ou não, está estreitamente vinculado à terra em que nascemos. Deus me livre de ser um artista exótico e sem nacionalidade, um desses despaisados que se adaptam a qualquer lugar e que compõem os buracos de qualquer paisagem necessitada... Antes de sermos identificados à terra obscura que nos gerou, jamais poderemos atingir a posição de lucidez e de calma — e, por que não acrescentar, de luminosa humildade — que nos colocará acima dos litígios, estreitamente vinculados à voz que exprime o que de mais saudável e de mais profundo caracteriza a fisionomia permanente de um povo.

Lucio Cardoso. **Diário completo**. Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1970, p. 54-5 (com adaptações).

Tendo por fundamento as ideias defendidas pelo autor do texto acima, discuta o que é ser um diplomata brasileiro.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras

[valor: 60,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 1

Papai [João Guimarães Rosa] definia a inspiração como “um estado de transe”. Num dos prefácios de Tutameia, ele faz uma espécie de catarse, um desabafo, descrevendo a variedade de centelhas inspiradoras que se acendiam em sua imaginação: “Conversa de bois”, um dos contos de Sagarana, ele “recebeu” de manhã, completo, facilmente, substituindo a versão penosa e muito trabalhada que escrevera na noite anterior. E assim escreveu papai: “Só sei que há mistérios demais, em torno dos livros e de quem os lê e de quem os escreve. Às vezes, quase sempre, um livro é maior que a gente.”

Vilma Guimarães Rosa. **Relebramentos: João Guimarães Rosa, meu pai**. 4.ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014 (com adaptações).

A poesia não é inspiração pura, é trabalho; não é só ficar esperando que o santo baixe, é preciso puxar o santo pelos pés e isso dá trabalho; esse é o trabalho poético...

Mario Quintana. *In*: Giovanni Ricciardi. **Auto-retratos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

Eu não acredito em inspiração nem sou poeta inspirado. O ato de criação para mim é intelectual. Acredito na expiração. Nunca escrevi um poema inspirado, soprado pelo Espírito Santo. Isso eu não sei o que é...

João Cabral de Melo Neto. *In*: **Correio Brasileiro**, 18/1/1998.

A partir da leitura dos excertos de texto acima, discorra sobre o valor da “inspiração” e da “expiração” para o trabalho.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20,00 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 2

Os senhores todos conhecem a pergunta famosa universalmente repetida: “Que livro escolheria para levar consigo, se tivesse de partir para uma ilha deserta?”.

Vêm os que acreditam em exemplos célebres e dizem naturalmente: “Uma história de Napoleão”. Mas uma ilha deserta nem sempre é um exílio... Pode ser um passatempo... Os que nunca tiveram tempo para fazer leituras grandes pensam em obras de muitos volumes. É certo que numa ilha deserta é preciso encher o tempo... E lembram-se das **Vidas** de Plutarco, dos **Ensaio**s de Montaigne, ou, se são mais cientistas que filósofos, da obra completa de Pasteur. Se são uma boa mescla de vida e sonho, pensam em toda a produção de Goethe, de Dostoievski, de Ibsen. Ou na Bíblia. Ou nas **Mil e Uma Noites**.

Pois eu creio que todos esses livros, embora esplêndidos, acabariam fatigando; e, se Deus me concedesse a mercê de morar numa ilha deserta (deserta, mas com relativo conforto, está claro — poltronas, chá, luz elétrica, ar-condicionado), o que levava comigo era um dicionário.

Não sei se muita gente haverá reparado nisso — mas o dicionário é um dos livros mais poéticos, se não mesmo o mais poético dos livros. O dicionário tem dentro de si o Universo completo. O dicionário é o mais democrático dos livros. O dicionário explica a alma dos vocábulos: a sua hereditariedade e as suas mutações.

A minha pena é que não ensinem as crianças a amar o dicionário. Ele contém todos os gêneros literários, pois cada palavra tem seu halo e seu destino — umas vão para aventuras, outras para viagens, outras para novelas, outras para poesia, umas para a história, outras para o teatro.

Eu levaria o dicionário para a ilha deserta. O tempo passaria docemente, enquanto eu passeasse por entre nomes conhecidos e desconhecidos, nomes, sementes e pensamentos e sementes das flores de retórica. Poderia louvar melhor os amigos, e melhor perdoar os inimigos, porque o mecanismo da minha linguagem estaria mais ajustado nas suas molas complicadíssimas. E, sobretudo, sabendo que germes pode conter uma palavra, cultivaria o silêncio, privilégio dos deuses, e ventura suprema dos homens.

Cecília Meireles. **O livro da solidão**. In: Cecília Meireles - **Obra em prosa**, v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 270 (com adaptações).

Comente a opção de Cecília Meireles de levar um dicionário para uma ilha deserta e aponte, na conclusão, justificando sua escolha, que livro levaria consigo, caso estivesse na mesma situação da autora.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras

[valor: 20,00 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, o espaço indicado para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite ou quaisquer palavras que ultrapassarem os limites máximos estabelecidos serão desconsiderados. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30 pontos**, o que totalizará os **60 pontos** possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação ou ao exercício **que não se atenha ao tema proposto ou que obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem**.
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10 pontos**, o que totalizará os **20 pontos** possíveis.
- Será apenado o texto que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para o completamento do mínimo exigido na redação e em cada um dos exercícios.

REDAÇÃO

Texto I

Planejar uma política externa exige — além do conhecimento da conjuntura interna do país — o estudo do quadro internacional dentro do qual essa política deverá operar. É necessário, portanto, antes de mais nada, tentar prever a evolução provável da conjuntura mundial nos próximos anos, como pano de fundo para as opções possíveis da diplomacia brasileira. Um exercício desse gênero comporta elementos impressionísticos inevitáveis, pois não é possível antecipar tendências futuras com a mesma precisão com que podemos descrever acontecimentos atuais. O máximo que podemos fazer para limitar o alcance do componente puramente especulativo é formular hipóteses alternativas e, em seguida, verificar a maior ou menor plausibilidade de cada uma delas.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. **Política externa brasileira: seus parâmetros internacionais**. 16/1/1974. Arquivo do CPDOC, FGV.

Texto II

O Brasil, em razão de fatores objetivos, tem um destino de grandeza, ainda relativa em nossos dias, ao qual não terá como se furtar, e isso lhe impõe a obrigação de encarar o seu papel no mundo em termos prospectivos fundamentalmente ambiciosos. Digo ambição no sentido de vastidão de interesses e escopo de atuação, e não no desejo de hegemonia ou de preponderância.

Antonio Francisco Azeredo da Silveira. **Discurso proferido em 9/11/1976**, apud Matias Spektor (Org.). **Azeredo da Silveira: um depoimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

Texto III

O mundo tem passado por transformações significativas, e o lugar do Brasil no mundo mudou. Essas transformações incidem sobre a própria distribuição do poder mundial. Desenham-se os contornos de uma configuração multipolar da geopolítica e da geoeconomia mundial. A desconcentração do poder econômico e político no espaço internacional vem conferindo mais voz e peso aos países emergentes. (...) A confluência dessas grandes transformações no Brasil e no mundo tem efeitos significativos sobre a formulação e a execução da política externa brasileira. Tenho enfatizado que a política externa é parte integral do projeto nacional de desenvolvimento do Brasil — econômico, político, social, cultural. Nesse papel de instrumento do desenvolvimento, uma política externa sem perspectiva estratégica de longo prazo torna-se reativa, sem direção.

Luiz Alberto Figueiredo Machado. **Discurso proferido na abertura dos Diálogos sobre Política Externa**, em 26/2/2014 (com adaptações).

A partir da leitura dos fragmentos de texto acima, discuta e opine a respeito das perspectivas de longo prazo da política externa brasileira, tendo em vista as circunstâncias internas e os cenários internacionais a ela relacionados.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
[valor: 60 pontos]

EXERCÍCIO 1

Recife, 1923.

O que sinto é que sou repellido pelo Brasil a que acabo de regressar homem, depois de o ter deixado menino, como se me tivesse tornado um corpo estranho ao mesmo Brasil. É incrível o número de artigos e artiguetes aparecidos nestes poucos meses contra mim; e a insistência de quase todos eles é neste ponto: a de ser eu um estranho, um exótico, um meteco, um desajustado, um estrangeirado. Sendo estrangeiro—argumentam eles— é natural que não me sinta mais à vontade no Brasil, se não sei admirar Rui Barbosa na sua plenitude, se não me ponho em harmonia com o progresso brasileiro nas suas expressões mais modernas, antes desejo voltar aos dias coloniais — uma mentira — se isto, se mais aquilo, por que não volto aos lugares ideais onde me encontrava, deixando o Brasil aos brasileiros que não o abandonaram nunca por tais lugares? Este parece ser o sentido dominante nos artiguetes que vêm aparecendo contra mim.

A verdade é que eu me sinto identificado com o que o Brasil tem de mais brasileiro. Esses supostos defensores do Brasil contra um nacional que dizem degenerado ou deformado pelo muito contato com universidades estrangeiras me parecem excrescências.

Gilberto Freyre. **Tempo morto & outros tempos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 128 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discuta a importância da manutenção da consciência sobre a nacionalidade em contraste com a absorção de influências estrangeiras.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

EXERCÍCIO 2

O estudo da literatura de cordel propõe inevitavelmente a reflexão sobre o espaço que nela ocupam o acervo da tradição coletiva e a criatividade do poeta. Sendo inquestionável o seu enraizamento em um repertório tradicional, tanto no que respeita à substância da expressão — temas, motivos, personagens, ideologia — quanto no que tange às formas de expressão, resta ao estudioso ou curioso indagar se, apesar desse arraigamento na tradição, podem-se esperar do cordel e da literatura oral como um todo manifestações de originalidade e inventividade.

Nesse sentido, nossa experiência com folhetos trouxe-nos à conclusão de que neles existe lugar para a surpresa e a novidade. Diríamos que no latifúndio da tradição coletiva vingam minifúndios de inovação pessoal.

Marlene de Castro Correia. **Sobre literatura de cordel: conversa (quase) descosturada**. In: **Poesia de dois Andrades (e outros temas)**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2010, p. 151 (com adaptações).

Com base no texto acima, discorra sobre as oportunidades para que a inovação surja em um contexto de tradição.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

PROVA ESCRITA DE LÍNGUA PORTUGUESA

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, o espaço indicado para rascunho. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite ou quaisquer palavras que ultrapassem os limites máximos estabelecidos serão desconsiderados. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Língua Portuguesa**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **30 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **30 pontos**, o que totalizará os **60 pontos** possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação **caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem**.
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de **10 pontos**, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de **10 pontos**, o que totalizará os **20 pontos** possíveis.
- Será apenado, em cada parte da prova, o texto que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se **0,20 ponto** para cada palavra que faltar para o completamento do mínimo exigido.
- Na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem, a cada erro identificado será descontado **1,0 ponto** do total de pontos previsto para essa avaliação na redação e em cada um dos exercícios propostos.

PARTE I – REDAÇÃO

Texto I

É um lamentável fato da vida que o comércio internacional tenha, apesar de suas imensas potencialidades, contribuído tão pouco para o desenvolvimento econômico dos países de baixa renda *per capita*, sobretudo nos últimos tempos da história humana. Em certos casos, através de mecanismos de deterioração das relações de troca, o comércio internacional tem atuado até mesmo como fator de empobrecimento relativo dos países subdesenvolvidos e como veículo de agravamento dos desníveis de rendas entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

Fragmento de discurso proferido pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores na abertura da XVIII Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 17/9/1963.

Texto II

Ao selecionar o embaixador Roberto Azevêdo, a Organização Mundial do Comércio renova o compromisso com uma visão de multilateralismo que privilegia o diálogo, o respeito à diversidade e a busca de consenso, conforme as nossas melhores tradições diplomáticas; uma visão que incorpora as perspectivas de todos os membros, com particular atenção às dos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo; uma visão segundo a qual o comércio não é um fim em si mesmo, mas uma ferramenta para o desenvolvimento e para a melhor distribuição da prosperidade entre as nações, e dentro delas, em benefício de todos.

Fragmento de circular telegráfica do Ministro de Estado das Relações Exteriores transmitida em 22/5/2013.

Discuta e emita opinião sobre os fragmentos de texto acima apresentados, com atenção às semelhanças e às diferenças de percepção relativas ao comércio internacional.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
[valor: 60 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 1

As fábulas indígenas têm uma participação intensa na literatura oral brasileira, mas sempre através da interpretação mestiça, mudados os termos, substituído o herói, trocadas às vezes as finalidades do conto por efeito da influência catequista. O mestiço transmite a fábula indígena aproveitando quanto não contrarie sua maneira pessoal de viver, agir e compreender. As égides indígenas não satisfazem a mentalidade do mameluco e do caboclo. Transfere, para a estória, os valores que o impulsionam e justificam, aos seus olhos, a conduta.

Luis da Camara Cascudo. **Literatura oral no Brasil**. 2.ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1978, p. 97 (com adaptações).

Com base no fragmento acima apresentado, discuta como a ideia de “interpretação mestiça” repercutiu nos movimentos sociais e culturais do Brasil no século XX.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

PARTE II – EXERCÍCIO 2

(...)

Porque os homens não me escutam! Por que os governadores
Não me escutam? Por que não me escutam
Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?
Todos os donos da vida?
Eu lhes daria o impossível e lhes daria o segredo,
Eu lhes dava tudo aquilo que fica pra cá do grito
Metálico dos números, e tudo
O que está além da insinuação cruenta da posse.
E se acaso eles protestassem, que não! que não desejam
A borboleta translúcida da humana vida, porque preferem
O retrato a óleo das inaugurações espontâneas,
Com béstias de operário e do oficial, imediatamente inferior,
E palminhas, e mais os sorrisos das máscaras e a profunda comoção,
Pois não! Melhor que isso eu lhes dava uma felicidade deslumbrante
De que eu consegui me despojar porque tudo sacrifiquei.

(...)

Mário de Andrade. **A meditação sobre o Tietê**. In: **Poesias completas**.
São Paulo: Martins, 1974, 4.ª ed., p.311-2, (com adaptações).

Com base no texto acima apresentado, discorra sobre as recentes manifestações públicas nos planos nacional e internacional, relacionando-as, em especial, ao fragmento: “Por que os governadores / Não me escutam? Por que não me escutam / Os plutocratas e todos os que são chefes e são fezes?”.

Extensão do texto: 120 a 150 palavras
[valor: 20 pontos]

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

- Nesta prova, faça o que se pede, utilizando, caso deseje, o espaço indicado para rascunho neste caderno. Em seguida, escreva os textos definitivos da redação e dos exercícios no **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Português**, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. Respeite o limite máximo de linhas disponibilizado. Qualquer fragmento de texto além desse limite ou quaisquer palavras que ultrapassem os limites máximos estabelecidos serão desconsiderados. No **Caderno de Textos Definitivos da Prova Escrita de Português**, utilize apenas caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente.
- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de 30 pontos, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 30 pontos, o que totalizará os 60 pontos possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação **caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.**
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de 10 pontos, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 10 pontos, o que totalizará os 20 pontos possíveis.
- Será apenado texto de cada parte da prova que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto para cada palavra que faltar para ser atingido o mínimo exigido.
- Na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem, a cada erro identificado será descontado 1,0 ponto do total de pontos atribuído a essa avaliação na redação e em cada um dos exercícios propostos.

PARTE I – REDAÇÃO

Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia ou do genocídio em Ruanda, forjaram o conceito de "responsabilidade de proteger".

Embora a responsabilidade coletiva não precise se expressar por meio de ações coercitivas para ser eficaz, surgiram vozes particularmente intervencionistas e militaristas no chamado "Ocidente" que continuam gerando controvérsia e polêmica.

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança — órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger na normativa das Nações Unidas teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade ao proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Antônio de Aguiar Patriota, Ministro das Relações Exteriores

A partir da leitura do excerto acima, redija um texto dissertativo que verse sobre o tema abordado.

Extensão do texto: 600 a 650 palavras
Valor: 60 pontos

PARTE II – EXERCÍCIO 1

No meio da taba de amenos verdores,
 Cercados de troncos — cobertos de flores,
 Alteiam-se os tetos d'altiva nação;
 São muitos seus filhos, nos ânimos fortes,
 Temíveis na guerra, que em densas coortes
 Assombram das matas a imensa extensão.

São rudos, severos, sedentos de glória,
 Já prélios incitam, já cantam vitória,
 Já meigos atendem à voz do cantor:
 São todos Timbiras, guerreiros valentes!
 Seu nome lá voa na boca das gentes,
 Condão de prodígios, de glória e terror!

Gonçalves Dias. **I-juca-pirama**. In: **Poesia e prosa completas**. Rio de Janeiro: Aguilar, 1998.

Tupy, or not tupy that is the question.
 Preguiçosos no mapa-múndi do Brasil.
 Queremos a revolução Caraíba.
 O instinto Caraíba.
 Catiti Catiti
 Imara Notiá
 Notiá Imara
 Ipeju

Contra o índio de tocheiro. O índio filho de Maria, afilhado de Catarina de Médicis e genro de D. Antônio de Mariz.

Em Piratininga
 Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha

Oswald de Andrade. **Manifesto antropófago**. In: **Revista de Antropofagia**, São Paulo, n.º 1, 1928 (fragmentos).

Leia os textos acima e determine o lugar que ocupam, do ponto de vista cultural e literário, na história da nacionalidade brasileira.

Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
 Valor: 20 pontos

PARTE II – EXERCÍCIO 2

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que palejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a República. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos, deixando na penumbra secular em que jazem, no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cega de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos de outras nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre nosso modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que os imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.

Euclides da Cunha. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Laemmert & Cia., 1902.

Tendo como base o segmento de texto acima, discuta a síntese nele esboçada.

Extensão do texto: de 120 a 150 palavras
 Valor: 20 pontos

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

- Na avaliação da redação, será atribuído à organização do texto e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de 30,0 pontos, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 30,0 pontos, o que totalizará os 60,0 pontos possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação **caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0,0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem**. Será apenas a redação que não atender ao número mínimo de 80 linhas, deduzindo-se 1,0 ponto para cada linha que faltar para o número mínimo de linhas exigido.
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, será atribuído à apresentação e ao desenvolvimento do tema o valor máximo de 10,0 pontos, e à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 10,0 pontos, o que totalizará os 20,0 pontos possíveis.
- Na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem, a cada erro identificado será descontado 1,0 ponto do total de pontos atribuído a essa avaliação na redação e em cada um dos exercícios propostos.

PARTE I – REDAÇÃO

O achatamento do mundo tem a ver com a criação de uma plataforma global para múltiplas formas de compartilhar trabalho, conhecimento e divertimento. Preocupar-se com os efeitos pulverizadores da globalização é legítimo e, de fato, muito importante, mas ignorar sua capacidade de também dar poder e enriquecer nossa cultura é ignorar seus efeitos potencialmente positivos sobre a liberdade e a diversidade humanas. Minha afirmação aqui não é a de que o achatamento do mundo vai sempre enriquecer e preservar a cultura. É a de que nem sempre ela destrói a cultura, ao contrário da mensagem que se ouve dos críticos da globalização.

Thomas Friedman. *In: O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007 (com adaptações).

Mas adiante você fala em “apertado dilema: nacionalismo ou universalismo. O nacionalismo convém às massas, o universalismo convém às elites”. Tudo errado. Primeiro: não existe essa oposição. O que há é mau nacionalismo: o Brasil pros brasileiros — ou regionalismo exótico. Nacionalismo quer simplesmente dizer: ser nacional. O que mais simplesmente ainda significa: Ser. Ninguém que seja verdadeiramente, isto é, viva, se relacione com seu passado, com suas necessidades imediatas práticas e espirituais, se relacione com o meio e com a terra, com a família etc., ninguém que seja verdadeiramente, deixará de ser nacional.

(...)

E agora reflita bem no que eu cantei no final do “Noturno” e você compreenderá a grandeza desse nacionalismo universalista que eu prego. De que maneira nós podemos concorrer pra grandeza da humanidade? É sendo franceses ou alemães? Não, porque isto já está na civilização. O nosso contingente tem de ser brasileiro. O dia em que formos inteiramente brasileiros e só brasileiros a humanidade estará rica de mais uma raça, rica numa nova combinação de qualidades humanas. As raças são acordes musicais. Um é elegante, discreto, cético. Outro é lírico, sentimental, místico e desordenado. Outro é áspero, sensual, cheio de lembranças. Outro é tímido, humorista e hipócrita. Quando realizarmos o nosso acorde, então seremos usados na harmonia da civilização. Nós só seremos civilizados em relação às civilizações o dia em que criarmos o ideal, a orientação brasileira. Então passaremos da fase do mimetismo pra fase da criação. Então seremos universais, porque nacionais.

Mário de Andrade. *Carta a Carlos Drummond de Andrade*, 1924.

Tendo em vista a discussão a respeito das identidades na sociedade globalizada contemporânea, disserte, com base nos textos apresentados, acerca da tensão entre o nacional e o universal.

Extensão do texto: de 80 linhas a 120 linhas
(valor: 60,0 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO 1

Já vai longe o tempo descrito em **Vidas Secas**, de Graciliano Ramos, dominado pelo caminhão pau-de-arara. Longe no tempo os retirantes da monocultura do latifúndio e da seca nordestina. Hoje, os retirantes brasileiros, muitos deles oriundos de estados relativamente ricos da nação, seguem o fluxo do capital transnacional como um girassol.

Silvino Santiago. **O cosmopolitismo do pobre**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

Considerando a importância atualmente conferida aos fluxos internacionais, discorra sobre a mudança no processo migratório referida no fragmento de texto acima apresentado.

Extensão do texto: de 15 linhas a 25 linhas
(valor: 20,0 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO 2

O que há de mais evidente nas atitudes dos brasileiros diante do “preconceito de cor” é a tendência de considerá-lo como algo ultrajante (para quem o sofre) e degradante (para quem o pratica).

Florestan Fernandes. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 23 (com adaptações).

De feito, se nos perguntassem qual o aspecto mais alto, mais edificante e significativo da civilização brasileira, não teríamos a menor dúvida em indicar a quase inexistência de problemas raciais intransponíveis. Não que estes de todo não existam ou que a instituição da escravatura não nos tenha também legado em termos de discriminação e segregação o pesado fardo de sua odiosa herança, ou que o passivo ideológico dela resultante já esteja de todo resgatado ou sequer em via de total resgate. Infelizmente, ainda não é disso que se trata. Esse odioso passivo esgalhou-se por todos os setores da vida nacional e, provavelmente, ainda levará séculos para ser extirpado. Mas pelo menos o seu ramo mais agressivo e ameaçador — o puro conflito de raça — esse tende a desaparecer.

Vianna Moog. **Bandeirantes e pioneiros: paralelo entre as duas culturas**. Rio de Janeiro: Graphia, 2000.

Discuta a temática apresentada nos textos acima, tendo em vista o debate contemporâneo acerca da questão racial inserido na agenda política da sociedade e do Estado brasileiro.

Extensão do texto: de 15 linhas a 25 linhas
(valor: 20,0 pontos)

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

- Na avaliação da redação, à organização do texto e ao desenvolvimento do tema, será atribuído o valor máximo de 30 pontos, e, à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 30 pontos, o que totalizará os 60 pontos possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, **caso o candidato não se atenha ao tema proposto ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem.** Será apenada a redação que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto a cada palavra que faltar para ser atingido o mínimo exigido de 600 palavras.
- Na avaliação de cada exercício de interpretação, de análise ou de comentário de textos, à objetividade, à precisão, à clareza e à concisão, será atribuído o valor máximo de 10 pontos, e, à correção gramatical e à propriedade da linguagem, o valor máximo de 10 pontos, o que totalizará os 20 pontos possíveis.

PARTE I – REDAÇÃO

Leia os trechos abaixo, que têm caráter meramente motivador, e, com base nos fatores históricos, socioeconômicos, políticos e culturais que deram origem à atual configuração da sociedade brasileira, disserte sobre a projeção internacional do Brasil.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

Sou antes um espectador do meu século do que do meu país: a peça é para mim a civilização, e se está representando em todos os teatros da humanidade, ligados hoje pelo telégrafo. Uma afeição maior, um interesse mais próximo, uma ligação mais íntima, faz com que a cena, quando se passa no Brasil, tenha para mim importância especial, mas isto não se confunde com a pura emoção intelectual [...]. A abolição no Brasil me interessou mais do que todos os outros fatos de que fui contemporâneo; a expulsão do imperador me abalou mais profundamente do que todas as quedas de tronos ou catástrofes nacionais que acompanhei de longe [...]. Em tudo isto, porém, há muito pouca política; [...] o que há é o drama humano universal de que falei, transportado para nossa terra.

Joaquim Nabuco. *Minha Formação*. 10.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981, p. 41.

A tentativa de implantação da cultura europeia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em consequências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente, muitas vezes, desfavorável e hostil, somos, ainda hoje, uns desterrados em nossa terra. Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos e imprevisíveis, elevar à perfeição o tipo de civilização que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça parece participar de um sistema de evolução próprio de outro clima e outra paisagem.

Assim, antes de perguntar até que ponto poderá alcançar bom êxito a tentativa, caberia averiguar até onde temos podido representar aquelas formas de convívio, instituições e ideias de que somos herdeiros.

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 26.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 31.

Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infelizmente, o Brasil está condenado à grandeza. A ela condenado por vários motivos, por sua extensão territorial, por sua massa demográfica, por sua composição étnica, pelo seu ordenamento socioeconômico e, sobretudo, por sua incontida vontade de progresso e desenvolvimento. [...] Ou aceitamos nosso destino como um país grande, livre e generoso, sem ressentimentos e sem preconceitos, ou corremos o risco de permanecer à margem da história, como povo e como nacionalidade. [...] Em uma palavra: a política internacional do Brasil tem como objetivo primordial a neutralização de todos os fatores externos que possam contribuir para limitar o seu poder nacional.

Rodrigo Amado (Org.). *Araújo Castro*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, p. 212 (com adaptações).

Pelas suas dimensões territoriais e de população, pelos recursos naturais de que dispõe e pelo impulso de sua história, nosso país está destinado a uma crescente projeção no mundo. Não nos podemos esquivar deste mandato, que não deliberamos, mas que nos é postulado pelo que somos e pelo que podemos ser. Devemos preparar-nos para assumi-lo, procurando expressar essa projeção segundo critérios pautados pela tolerância, pelo espírito de conciliação, pelo respeito aos direitos alheios e pela conformidade com as tradições e a cultura [...].

Azeredo da Silveira. *Discurso pronunciado por ocasião do Dia do Diplomata, em 20/4/1977. In: Anuário do IRBr, 1977.*

PARTE II – EXERCÍCIO 1

Com base na leitura do trecho abaixo, discorra acerca do conceito de “equilíbrio de antagonismos”, sobretudo com referência à noção de diversidade cultural.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

O que se sente em todo esse desadorno de antagonismos são as duas culturas, a europeia e a africana, a católica e a maometana, a dinâmica e a fatalista, encontrando-se no português, fazendo dele, de sua vida, de sua moral, de sua economia, de sua arte um regime de influências que se alternam, se equilibram ou se hostilizam. Tomando em conta tais antagonismos de cultura, a flexibilidade, a indecisão, o equilíbrio ou a desarmonia deles resultantes, é que bem se compreende o especialíssimo caráter que tomou a colonização do Brasil, a formação *sui generis* da sociedade brasileira, igualmente equilibrada nos seus começos e, ainda hoje, sobre antagonismos [...]. Considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade, [...] um processo de equilíbrio de antagonismos.

Gilberto Freyre. *Casa-Grande & Senzala*. 13.ª ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963, p. 72-3, 116 (com adaptações).

PARTE II – EXERCÍCIO 2

Interprete e comente o seguinte trecho do fragmento de texto abaixo: “há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra.”

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Nenhum obséquio, por ínfimo que seja, esquece ao beneficiado. Há exceções. Também há casos em que a memória dos obséquios aflige, persegue e morde, como os mosquitos; mas não é regra. A regra é guardá-los na memória, como as joias nos seus escrínios; comparação justa, porque o obséquio é muitas vezes alguma joia, que o obsequiado esqueceu de restituir.

Machado de Assis. *Esau e Jacó*. Cap. LXXVI. In: *Obra Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas para rascunho constantes desse caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Na avaliação da redação, a organização do texto e o desenvolvimento do tema terão o valor de 30 pontos, e a correção gramatical e a propriedade da linguagem terão o valor de 30 pontos, o que totalizará os 60 pontos possíveis. Será atribuída nota 0 (zero) à redação, **caso o candidato não se atenha ao tema proposto** ou obtenha pontuação 0 (zero) na avaliação da correção gramatical e da propriedade da linguagem. Será apenas a redação que não atender ao número mínimo de palavras, deduzindo-se 0,20 ponto a cada palavra que faltar para atingir o mínimo exigido de 600 palavras.

PARTE I – REDAÇÃO

[Natividade] Não atinou... Nem sempre as mães atinam. Não atinou que a frase do discurso não era propriamente do filho; não era de ninguém. Alguém a proferiu um dia, em discurso ou conversa, em gazeta ou em viagem de terra ou de mar. Outrem a repetiu, até que muita gente a fez sua. Era nova, era enérgica, era expressiva, ficou sendo patrimônio comum.

Há frases assim felizes. Nascem modestamente, como a gente pobre; quando menos pensam, estão governando o mundo, à semelhança das idéias. As próprias idéias nem sempre conservam o nome do pai; muitas aparecem órfãs, nascidas de nada e de ninguém. Cada um pega delas, verte-as como pode, e vai levá-las à feira, onde todos as têm por suas.

Machado de Assis. **Esaú e Jacó**. In: **Obra completa**. v. I. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p. 993.

As ideias são “patrimônio comum”? Disserte sobre as implicações políticas desta questão, tendo como ponto de partida a leitura dos dois parágrafos finais do capítulo XXXVII da obra **Esaú e Jacó**, de Machado de Assis, acima reproduzidos.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO 1

Comente o primeiro parágrafo do trecho a seguir, da obra **Raízes do Brasil**, à luz dos conceitos apresentados no parágrafo seguinte, podendo seu comentário ser ilustrado com uma referência histórica.

No Brasil, onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal, o desenvolvimento da urbanização — que não resulta unicamente do crescimento das cidades, mas também do crescimento dos meios de comunicação, atraindo vastas áreas rurais para a esfera de influência das cidades — ia acarretar um desequilíbrio social, cujos efeitos permanecem vivos até hoje.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados em tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público.

Sergio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 145.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

No conhecido Sermão da Sexagésima, pronunciado em 1655 na Capela Real, apresenta-nos ele [Padre A. Vieira] um pregador a discorrer sobre a Paixão. Fala este sobre Cristo chegando ao pretório de Pilatos, e como o fizeram rei de zombaria, com uma púrpura aos ombros: ouve-o o auditório muito atento. Diz que teceram uma coroa de espinhos e lhe pregaram na cabeça, e todos continuam a ouvi-lo com a mesma atenção. Narra, um a um, tudo quanto se sabe dos padecimentos do Senhor, e prossegue o mesmo silêncio, a mesma suspensão entre os ouvintes. Nisto corre-se a cortina, aparece a imagem do *Ecce Homo*, e eis que todos subitamente se prostram, todos entram a bater nos peitos, eis as lágrimas, eis os gritos, eis os alaridos, eis as bofetadas.

Sergio Buarque de Holanda. **Visão do Paraíso**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 234.

Nota: A frase latina *Ecce Homo* — que significa **eis o homem** — teria sido proferida por Pilatos, ao apresentar Jesus Cristo coroado de espinhos ao povo.

Ao fazer a paráfrase do famoso **Sermão da Sexagésima** (1665), do Padre Vieira, o autor de **Visão do Paraíso** destaca a súbita mudança de atitude do público. Interprete e explique tal mudança.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

CACD 2008
PROVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

PARTE I – REDAÇÃO

Elabore redação sobre o soneto abaixo.

LEGADO

Que lembrança darei ao país que me deu
tudo que lembro e sei, tudo quanto senti?
Na noite do sem-fim, breve o tempo esqueceu
Minha incerta medalha, e a meu nome se ri.

E mereço esperar mais do que os outros, eu?
Tu não me enganas, mundo, e não te engano a ti.
Esses monstros atuais, não os cativa Orfeu,
a vagar, taciturno, entre o talvez e o se.

Não deixarei de mim nenhum canto radioso,
uma voz matinal palpitando na bruma
e que arranque de alguém seu mais secreto espinho.

De tudo quanto foi meu passo caprichoso
na vida, restará, pois o resto se esfuma,
uma pedra que havia em meio do caminho.

Carlos Drummond de Andrade. Claro Enigma. Nova reunião.
v. I. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1983, p. 247.

PARTE II – EXERCÍCIO I

Interprete, no contexto do excerto a seguir, a frase: “Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias.”

[...] E talvez esse lugar para onde iam fosse melhor que os outros onde tinham estado. Fabiano estirou o beijo, duvidando. Sinha Vitória combateu a dúvida. Por que não haveriam de ser gente, possuir uma cama igual à de seu Tomás de bolandeira? Fabiano franziu a testa: lá vinham os despropósitos. Sinha Vitória insistiu e dominou-o. Por que haveriam de ser sempre desgraçados, fugindo no mato como bichos? Com certeza existiam no mundo coisas extraordinárias. Podiam viver escondidos, como bichos? Fabiano respondeu que não podiam.

– O mundo é grande.

Realmente para eles era bem pequeno, mas afirmavam que era grande – e marchavam, meio confiados, meio inquietos. [...]

PARTE II – EXERCÍCIO II

Com base no contraste entre os dois trechos reproduzidos a seguir, interprete a expressão “o verdadeiro sentido da colonização tropical”, empregada por Caio Prado Júnior na obra Formação do Brasil Contemporâneo.

[...] as colônias tropicais tomaram um rumo inteiramente diverso do de suas irmãs da zona temperada. Enquanto nessas se constituirão colônias propriamente de povoamento (o nome ficou consagrado depois do trabalho clássico de Leroy-Beaulieu, De la colonisation chez les peuples modernes), escoadouro para excessos demográficos da Europa que reconstituem no novo mundo uma organização e uma sociedade à semelhança do seu modelo e origem europeus; nos trópicos, pelo contrário, surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos irrealizável na América. Mas conservará, no entanto, um acentuado caráter mercantil; será a empresa do colono branco, que reúne a natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados. Há um ajustamento entre os tradicionais objetivos mercantis que assinalam o início da expansão ultramarina da Europa, e que são conservados, e as novas condições em que se realizará a empresa. Aqueles objetivos, que vemos passar para o segundo plano nas colônias temperadas, se manterão aqui, e marcarão profundamente a feição das colônias do nosso tipo, ditando-lhes o destino. No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem, em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos.

Caio Prado Júnior. Formação do Brasil contemporâneo. 23. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 30-1.

De um ponto de vista macroeconômico, as colônias da Nova Inglaterra (assim como Nova York e Pensilvânia) continuaram a ser, avançando o século XVIII, economias de produtividade relativamente baixa. O produto por habitante deveria ser substancialmente inferior ao das colônias agrícolas de grandes plantações. Contudo, o tipo de atividade econômica que nelas prevalecia era compatível com pequenas unidades produtivas, de base familiar, sem o compromisso de remunerar vultosos capitais. Por outro lado, a abundância de terras tornava atrativa a imigração européia no regime de servidão temporária. Ao surgir para o pequeno proprietário a possibilidade de vender regularmente parte de sua produção agrícola, tornou-se para ele viável o financiamento da viagem de um imigrante cujo trabalho seria explorado durante quatro anos. Estima-se que pelo

menos a metade da população européia que emigrou para os EUA antes de 1700 estava constituída de pessoas que haviam aceito um ou outro regime de servidão temporária. A principal vantagem que esse sistema apresentava para o pequeno proprietário estava em que a imobilização de capital era muito menor que a exigida pela compra do escravo, sendo também menor o risco em caso de morte. O escravo africano constituía um negócio muito mais rentável para o grande capitalista, mas de maneira geral não estava ao alcance do pequeno produtor. Por outro lado, as atividades agrícolas dessas colônias tampouco justificavam grandes inversões. Explica-se, assim, que a importação de mão-de-obra européia em um regime de servidão temporária tenha continuado nas colônias mais pobres e haja sido excluída das colônias mais ricas, não obstante fosse amplamente reconhecido que o trabalho escravo era o mais barato. A transição para o escravo africano só se realizou ali onde foi possível especializar a agricultura num artigo exportável em grande escala.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. 21. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1986, p.30.

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes desse caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

PARTE I — REDAÇÃO

Texto I

[...] Cada criatura humana traz duas almas consigo: uma que olha de dentro para fora, outra que olha de fora para dentro... [...] Há casos, por exemplo, em que um simples botão de camisa é a alma exterior de uma pessoa; — e assim também a polca, o voltarete, um livro, uma máquina, um par de botas, uma cavatina, um tambor, etc. Está claro que o ofício dessa segunda alma é transmitir a vida, como a primeira; as duas completam o homem, que é, metafisicamente falando, uma laranja. Quem perde uma das metades, perde naturalmente metade da existência; e casos há, não raros, em que a perda da alma exterior implica a da existência inteira. [...]

Machado de Assis. *O Espelho*. In: *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 164.

Texto II

[...] É bem provável que o brasileiro comece a surgir e a reconhecer-se a si próprio mais pela percepção de estranheza que provoca no lusitano, do que por sua identificação como membro das comunidades socioculturais novas, porventura também porque desejoso de remarcar sua diferença e superioridade frente aos indígenas. [...]

O primeiro brasileiro consciente de si foi, talvez, o mameluco, esse brasilíndio mestiço na carne e no espírito, que, não podendo identificar-se com os que foram seus ancestrais americanos — que ele desprezava —, nem com os europeus — que o desprezavam —, e sendo objeto de mofa dos reinóis e dos luso-nativos, via-se condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro.

Através dessas oposições e de um persistente esforço de elaboração de sua própria imagem e consciência como correspondentes a uma entidade étnico-cultural nova, é que surge, pouco a pouco, e ganha corpo a brasilianidade. [...]

Darcy Ribeiro. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 127-128.

Texto III

[...] Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade: o país ia viver finalmente por si, sem precisar exhibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque "se envergonhava" de si mesmo, de sua realidade *biológica*. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a idéia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos *outros*. [...]

Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984. 18.ª ed., p. 125.

Elabore dissertação com base na analogia entre as idéias expostas nos textos I, II e III.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO I

— [...] assim como é de boa economia guardar um pão para a velhice, assim também é de boa prática social acautelar um ofício para a hipótese de que os outros falhem, ou não indenizem suficientemente o esforço da nossa ambição. É isto o que te aconselho hoje, dia da tua maioridade.

— Creia que lhe agradeço; mas que ofício, não me dirá?

— Nenhum me parece mais útil e cabido que o de medalhão. Ser medalhão foi o sonho da minha mocidade; faltaram-me, porém, as instruções de um pai, e acabo como vês, sem outra consolação e relevo moral, além das esperanças que deposito em ti. Ouve-me bem, meu querido filho, ouve-me e entende.

[...]

— E parece-lhe que todo esse ofício é apenas um sobressalente para os *deficits* da vida?

— Decerto; não fica excluída nenhuma outra atividade.

— Nem política?

— Nem política. Toda a questão é não infringir as regras e obrigações capitais. Podes pertencer a qualquer partido, liberal ou conservador, republicano ou ultramontano, com a cláusula única de não ligar nenhuma idéia especial a esses vocábulos, e reconhecer-lhe somente a utilidade do *scibboleth** bíblico.

— Se for ao parlamento, posso ocupar a tribuna?

— Podes e deves; é um modo de convocar a atenção pública. Quanto à matéria dos discursos, tens à escolha: — ou os negócios miúdos, ou a metafísica política, mas prefere a metafísica. Os negócios miúdos, força é confessá-lo, não desdizem daquela chateza de bom-tom, própria de um medalhão acabado; mas, se puderes, adota a metafísica; — é mais fácil e mais atraente. Supõe que desejas saber por que motivo a 7.^a companhia de infantaria foi transferida de Uruguaiana para Canguçu; serás ouvido tão-somente pelo ministro da guerra, que te explicará em dez minutos as razões desse ato. Não assim a metafísica. Um discurso de metafísica política apaixonadamente os partidos e o público, chama os apartes e as respostas. E depois não obriga a pensar e descobrir. Nesse ramo dos conhecimentos humanos tudo está achado, formulado, rotulado, encaixotado; é só prover os alforjes da memória. Em todo caso, não transcendas nunca os limites de uma invejável vulgaridade.

— Farei o que puder. Nenhuma imaginação?

— Nenhuma; antes faze correr o boato de que um tal dom é ínfimo.

— Nenhuma filosofia?

— Entendamo-nos: no papel e na língua alguma, na realidade nada. "Filosofia da história", por exemplo, é uma locução que deves empregar com freqüência, mas proíbo-te que chegues a outras conclusões que não sejam as já achadas por outros. Foge a tudo que possa cheirar a reflexão, originalidade, etc., etc.

— Também ao riso?

— Como ao riso?

— Ficar sério, muito sério...

— Conforme. Tens um gênio folgazão, prazenteiro, não hás de sofreá-lo nem eliminá-lo; podes brincar e rir alguma vez. Medalhão não quer dizer melancólico. Um grave pode ter seus momentos de expansão alegre. Somente, — e este ponto é melindroso...

— Diga...

— Somente não deves empregar a ironia, esse movimento ao canto da boca, cheio de mistérios, inventado por algum grego da decadência, contraído por Luciano, transmitido a Swift e Voltaire, feição própria dos cépticos e desabusados. Não. Usa antes a chalaça, a nossa boa chalaça amiga, gorducha, redonda, franca, sem biocos, nem véus, que se mete pela cara dos outros, estala como uma palmada, faz pular o sangue nas veias, e arrebeitar de riso os suspensórios. Usa a chalaça. Que é isto?

— Meia-noite.

— Meia-noite? Entras nos teus vinte e dois anos, meu peralta; estás definitivamente maior. Vamos dormir, que é tarde. Rumina bem o que te disse, meu filho. Guardadas as proporções, a conversa desta noite vale o *Príncipe* de Machiavelli. Vamos dormir.

Machado de Assis. *Teoria do Medalhão*. In: *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro, Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2000, p. 74-84.

* Nota explicativa – Scibboleth (ou Xibolet): conforme narrado em Juizes (12), a má pronúncia da palavra permitia identificar os inimigos.

O conto **Teoria do Medalhão**, de Machado de Assis, tem a forma de um diálogo, ao longo do qual o pai dá conselhos ao filho que completa sua maioridade. Interprete o fragmento acima, extraído desse conto, sem deixar de comentar a referência, no último parágrafo, à obra **O Príncipe**, de Maquiavel.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

Cada literatura requer tratamento peculiar, em virtude dos seus problemas específicos ou da relação que mantém com outras. A brasileira é recente, gerou no seio da portuguesa e dependeu da influência de mais duas ou três para se constituir. [...]

[...] A nossa literatura é galho secundário da portuguesa, por sua vez arbusto de segunda ordem no jardim das Musas... Os que se nutrem apenas delas são reconhecíveis à primeira vista, mesmo quando eruditos e inteligentes, pelo gosto provinciano e falta do senso de proporções. Estamos fadados, pois, a depender da experiência de outras letras, o que pode levar ao desinteresse e até menoscabo das nossas. [...]

Antonio Candido. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1981., 6.ª ed., p. 9-10.

Comente o texto acima, interpretando a propriedade da avaliação nele contida.

**Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)**

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Leia os textos I, II e III a seguir.

Examinadores:

Sérgio Fernando Guarischi Bath
Synesio Sampaio Goes Filho
Denise de Aragão Costa Martins
Regina Maria Furquim Freire da Silva

Texto I

Vasco Leitão da Cunha

Durante oito anos não houve concurso, de maneira que eu via as pessoas serem nomeadas e fiquei achando que não teria ocasião de entrar para o Itamaraty, porque não me considerava suficientemente apadrinhado. Torcia pela abertura do concurso, achava que era a maneira séria e correta de entrar. Foi o Mangabeira quem reabriu os concursos, que passaram a se realizar todo mês de junho, durante quatro anos. Minha banca, em 1927, foi presidida [...]. Éramos 20 e só dois fomos aprovados [...]. Comecei no Itamaraty como terceiro-oficial da Secretaria de Estado, ganhando 450 mil réis. No escritório do meu avô eu ganhava o dobro, um conto de réis. [...]

A diplomacia estava à espreita, estava me esperando, acho que desde sempre. [...]

Diplomacia em alto-mar: depoimento ao CPDOC. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV; Brasília: FUNAG, 2003. p. 9-10.

Texto II

Fernando de Azevedo

[...] só muito recentemente, a partir de João Ribeiro e Capistrano de Abreu, começaram os nossos estudos históricos a ser penetrados de espírito científico e a apresentar, em conseqüência, mais rigor na interpretação dos fatos.

Mas dever-se-ia concluir daí, de todas as dificuldades inerentes a trabalhos dessa ordem, que seria inútil ou infecunda uma tentativa de síntese da cultura brasileira? Parece-nos que não. Antes de tudo, uma visão de conjunto, por imperfeita que fosse, teria a vantagem de grupar numa exposição metódica finas indicações e observações seguras que, dispersas por um grande número de estudos monográficos, perdem assim muito de sua força explicativa e ficam necessariamente incompletas. Por mais difícil que seja, é possível, não só pela utilização dos materiais conhecidos, mas, com as impressões recolhidas da reflexão sobre os fatos, traçar o quadro provisório da cultura no Brasil, sem dela fazer uma caricatura, tão de gosto dos pessimistas que não situam o esforço brasileiro no seu clima social e histórico, nem apresentar um retrato lisonjeiro, que podia ser agradável à vaidade nacional, mas não serviria para nos abrir os olhos sobre a realidade e conduzir-nos o esforço empreendido pela libertação do espírito. Assim uma tal obra seria desde logo uma "tomada de consciência" de nós mesmos, desde que seriamente pensada, construída e documentada [...]

A cultura brasileira. 4.ª ed. Brasília: EdUnB, 1963. p. 48-9.

Texto III

Machado de Assis

A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; e esta é uma das coisas mais legitimamente agradáveis, segundo as melhores opiniões, ao organismo humano. Erasmo, que no seu Elogio da Sandice escreveu algumas coisas boas, chamou a atenção para a complacência com que dois burros se coçam um ao outro. Estou longe de rejeitar essa observação de Erasmo; mas direi o que ele não disse, a saber, que se um dos burros coçar melhor o outro, esse há de ter nos olhos algum indício especial de satisfação.

Memórias Póstumas de Brás Cubas. Rio de Janeiro: Ediouro. p. 30.

PARTE I – REDAÇÃO

Elabore uma dissertação com base no texto I, podendo privilegiar um de seus aspectos. Dê título a sua dissertação.

Extensão: de 600 a 650 palavras
(valor: 60 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO I

Com base no texto II, na perspectiva de hoje, interprete o conceito de “tomada de consciência” de nós mesmos”.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

PARTE II – EXERCÍCIO II

Com base no texto III, interprete a referência feita por Machado de Assis ao trecho que atribui a Erasmo, autor do **Elogio da Loucura**.

Extensão: de 100 a 150 palavras
(valor: 20 pontos)

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

Examinadores:

Geraldo Cordeiro Tupynambá
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Gama Andrade

Leia os textos I, II e III a seguir.

Texto I

O punhal de Martinha

Machado de Assis

Quereis ver o que são destinos? Escutai. Ultrajada por Sexto Tarquínio, uma noite, Lucrecia resolve não sobreviver à desonra, mas primeiro denuncia ao marido e ao pai a aleivosia daquele hóspede, e pede-lhes que a vinguem. Eles juram vingá-la, e procuram tirá-la da aflição dizendo-lhe que só a alma é culpada, não o corpo, e que não há crime onde não houve aquiescência. A honesta moça fecha os ouvidos à consolação e ao raciocínio, e, sacando o punhal que trazia escondido, embebe-o no peito e morre. Esse punhal podia ter ficado no peito da heroína, sem que ninguém mais soubesse dele; mas, arrancado por Bruto, serviu de lábaro à revolução que fez baquear a realeza e passou o governo à aristocracia romana. Tanto bastou para que Tito Lívio lhe desse um lugar de honra na história, entre enérgicos discursos de vingança. O punhal ficou sendo clássico. Pelo duplo caráter de arma doméstica e pública, serve tanto a exaltar a virtude conjugal, como a dar força e luz à eloquência política.

Bem sei que Roma não é Cachoeira, nem as gazetas dessa cidade baiana podem competir com historiadores de gênio. Mas é isso mesmo que deploro. Essa parcialidade dos tempos, que só recolhem, conservam e transmitem as ações encomendadas nos bons livros, é que me entristece, para não dizer que me indigna. Cachoeira não é Roma, mas o punhal de Lucrecia, por mais digno que seja dos encômios do mundo, não ocupa tanto lugar na história, que não fique um canto para o punhal de Martinha. Entretanto, vereis que esta pobre arma vai ser consumida pela ferrugem da obscuridade.

Martinha não é certamente Lucrecia. Parece-me até, se bem entendo uma expressão do jornal *A Ordem*, que é exatamente o contrário. "Martinha (diz ele) é uma rapariga franzina, moderna ainda, e muito conhecida nesta cidade, de onde é natural". Se é moça, se é natural da Cachoeira, onde é muito conhecida, que quer dizer *moderna*? Naturalmente quer dizer que faz parte da última leva de Citera. Esta condição, em vez de prejudicar o paralelo dos punhais, dá-lhe maior realce, como ides ver. Por outro lado, convém notar que, se há contrastes das pessoas, há uma

coincidência de lugar: Martinha mora na Rua do Pagão, nome que faz lembrar a religião da esposa de Colatino. As circunstâncias dos dois atos são diversas. Martinha não deu hospedagem a nenhum moço de sangue régio ou de outra qualidade. Andava a passeio, à noite, um domingo do mês passado. O Sexto Tarquínio da localidade, cristãmente chamado João, com o sobrenome de Limeira, agrediu e insultou a moça, irritado naturalmente com os seus desdêns. Martinha recolheu-se à casa. Nova agressão, à porta. Martinha, indignada, mas ainda prudente, disse ao importuno: “Não se aproxime, que eu lhe furo”. João Limeira aproximou-se, ela deu-lhe uma punhalada, que o matou instantaneamente.

Talvez esperásseis que ela se matasse a si própria. Esperaríeis o impossível, e mostraríeis que me não entendestes. A diferença das duas ações é justamente a que vai do suicídio ao homicídio. A romana confia a vingança ao marido e ao pai. A cachoeirense vinga-se por si própria, e, notai bem, vinga-se de uma simples intenção. As pessoas são desiguais, mas força é dizer que a ação da primeira não é mais corajosa que a da segunda, sendo que esta cede a tal ou qual subtileza de motivos, natural deste século complicado.

Isto posto, em que é que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado o Tito Lívio português, nem ao nosso João Francisco Lisboa, grande escritor de igual valia. Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: “Não se aproxime que eu lhe furo”. A palmatória dos gramáticos pode punir essa expressão; não importa, o *eu lhe furo* traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia. E depois, que tocante eufemismo! Furar por matar; não sei se Martinha inventou esta aplicação; mas, fosse ela ou outra a autora, é um achado do povo, que não manuseia tratados de retórica, e sabe às vezes mais que os retóricos de ofício.

Com tudo isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem. O punhal de Carlota Corday, o de Ravallac, o de Booth, todos esses e ainda outros farão cortejo ao punhal de Lucrecia, luzidos e prontos para a tribuna, para a dissertação, para a palestra. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento. Tais são as cousas deste mundo! Tal é a desigualdade do destino!

Se, ao menos, o punhal de Lucrecia tivesse existido, vá; mas tal alma, nem tal ação, nem tal injúria, existiram jamais, é tudo uma pura lenda, que a história meteu nos seus livros. A mentira usurpa assim a coroa da verdade, e o punhal de Martinha, que existiu e existe, não logrará ocupar um lugarzinho ao pé de Lucrecia, pura ficção. Não quero mal às ficções, amo-as, acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades; nem por isso deixo de filosofar sobre o destino das cousas tangíveis em comparação com as imaginárias. Grande sabedoria é inventar um pássaro sem asas, descrevê-lo, fazê-lo ver a todos, e acabar acreditando que não há pássaros com asas... Mas não falemos mais em Martinha.

Crônica. A Semana. In: *Obra completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1973, p. 615-6.

Os vivos governam os mortos

Boris Fausto

Sabem os historiadores e as pessoas dedicadas às ciências humanas em geral que o passado não é um campo imóvel, de contornos definidos, possibilitando aos especialistas conhecer os fatos tal como eles realmente aconteceram. Esse foi um grande sonho positivista que quis aproximar as ciências humanas da objetividade das chamadas “ciências duras” — uma objetividade também relativa, como hoje se sabe — para daí extrair grandes leis explicativas da vida social.

Na verdade, o passado é movente, não por ser tecido apenas por diferentes discursos, como os pós-modernos pretendem, mas porque sua interpretação, em busca de graus crescentes de certeza, está sujeita à ampliação do conhecimento e às opções das construções históricas do presente.

Fico aqui no terreno interpretativo, separando-o algo artificialmente dos avanços do conhecimento, pois estes e a renovação interpretativa muitas vezes se entrelaçam.

Vejam, por exemplo, o acesso a fontes antes consideradas segredo de Estado, como se deu com os arquivos soviéticos, felizmente bastante preservados. A análise mais aprofundada das decisões da burocracia soviética ou, personalizando, de Stálin e sua corte, do universo concentracionário, da liquidação dos camponeses ou até mesmo da aventura insurrecional de novembro de 1935 no Brasil deveram-se ao mencionado avanço do conhecimento.

Longe de serem inocentes, as interpretações e reinterpretações dos historiadores têm muito a ver com sua visão do presente. No caso, invertendo uma conhecida expressão de Auguste Comte [1798–1857], são os vivos que governam os mortos. É esse, aliás, o sentido da conhecida expressão de Benedetto Croce [1866–1952], segundo a qual toda história é história contemporânea.

Exemplos não faltam, e entre os mais significativos encontram-se as controvérsias interpretativas em torno de duas grandes balizas que marcaram o trabalho dos historiadores e a imaginação dos povos: a Revolução Francesa [1789] e a Revolução Russa [1917].

É curioso observar, por outra parte, que as reelaborações do passado, versando sobre processos históricos, instituições, acontecimentos ou personagens, ganharam uma popularidade que transcende os círculos acadêmicos. Matéria publicada nesta Folha em 6/2, com o sugestivo título *Revisionismo Histórico Vira Best Seller* nos EUA, refere-se a esse fenômeno. Os exemplos aí citados, indo da revisão da Guerra da Secessão [1861–65] à da figura do presidente Roosevelt [1882–1945] e da implantação do *New Deal*, são indicativos de um misto de ampliação do conhecimento histórico e, ao mesmo tempo, da irresponsabilidade que, em certos casos, acompanha o ímpeto interpretativo.

A que se deve a popularidade das revisões? Entre outras razões, ao prazer que o leitor encontra na desconstrução de figuras históricas, sobretudo quando convertidas em mitos, como ocorre com Churchill [1874–1965], Roosevelt e tantos outros. A

busca de sensações novas, crescente no mundo urbano desde as últimas décadas do século XIX, permite sugerir que o revisionismo com ingredientes sensacionalistas é uma das vertentes desse contexto histórico.

Do ponto de vista cronológico, um aspecto a ser notado é o de que as controvérsias interpretativas mais ardorosas dizem respeito, com frequência, a instituições, episódios ou personagens de um passado próximo, e menos ao passado mais distante. Isso acontece porque tais controvérsias têm muito a ver com disputas políticas que fazem parte da memória das gerações mais velhas, incidindo, ao mesmo tempo, num quadro presente, conservando traços do passado.

Para ficar num exemplo nosso, vejam o caso do getulismo e da figura de Getúlio Vargas [1883–1954]. Getulismo e antigetulismo foram dois exércitos em combate, no âmbito da história do Brasil, a partir de 1930, com repercussão nas diferentes ideologias e, em certa medida, nas disputas do presente.

Se a crítica sem matizes ao getulismo foi superada pelo tempo, a mitificação da época e de seu ator principal vem sendo utilizada na defesa do nacionalismo, nas críticas à globalização, nas denúncias ao chamado desmonte da era Vargas. Não é por acaso que, nesse tipo de leitura, a dura repressão do primeiro e longo governo Vargas tende a ser ignorada.

Em certos casos, e não só nos círculos acadêmicos, as interpretações de um passado mais distante são também objeto de disputas árduas, em que se espelham visões do presente. Dois exemplos, aqui apenas enunciados, são significativos. Vejam a revisão do escravismo, por meio da qual autores como João José Reis, Robert Slenes, Sílvia Lara, entre outros, contrapõem-se às teses estruturalistas clássicas, que ressaltam a anomia das populações escravas.

Os revisionistas, em poucas palavras, enfatizam a relevância dos escravos como agentes históricos, manifestada no plano da resistência social e da cultura. Essa vertente, que tem muitos méritos e alguns exageros, guarda relação íntima com a crítica mais geral ao determinismo e com a emergência da sociedade civil, características dos dias que vivemos.

O outro exemplo é o da interpretação da Guerra do Paraguai [1864–70], que só recentemente, graças aos trabalhos de historiadores como Francisco Doratioto e Ricardo Salles, abriu-se a novos caminhos, rejeitando, de um lado, a simplista historiografia antiimperialista, tendo como alvo exclusivo a Inglaterra, e, de outro, os fastos heróicos da versão militar.

Isso foi possível porque muitos arquivos foram abertos, no Paraguai e em parte no Brasil, e porque os maniqueísmos de direita e de esquerda perderam muito de sua força. A constatação tem também a ver com a emergência do regime democrático que permitiu a revisão, sem temores, da interpretação patrioteira do conflito — uma “verdade incontestada”, na época do regime militar e mesmo antes dele.

Tudo isso indica que as interpretações históricas não são ondas que vão e vêm, como discursos que se equivalem. Elas favorecem a ampliação do conhecimento e, mais do que isso, possibilitam ao cidadão letrado opções de análise do passado que não o obriga à ingestão de pratos feitos, quase sempre indigestos.

Folha de S. Paulo. 27/2/2005 (com adaptações).

A narrativa na escrita da história e da ficção

Luiz Costa Lima

A tendência à confusão entre as formas discursivas da história e da ficção literária não é apenas um efeito do que têm em comum — a organização narrativa — ou uma resultante da reação ao estatuto inadequado que se conferiu a esta e àquela. Se assim o fosse, essa tendência só se manifestaria em data recente. Ora, J. Lotman* nos faz notar que essa tendência é muitíssimo mais remota. Mostra-nos ele que, sob a forma comum de narrativa, desde tempos imemoriais, surgiam dois tipos de relato. De um lado, aqueles que tinham por finalidade apresentar um mundo estável, absolutamente regulado por leis. Fixados sob a forma de mitos, “não lidavam com fenômenos que sucediam apenas uma vez e sem referência às leis naturais, mas com eventos intemporais, sem cessar reproduzidos, e, neste sentido, sem movimento” (Lotman, J.: 1979, 162-3). De outro lado, surgiam as narrativas voltadas para o excesso, o anômalo e o singular, que, pelo próprio tipo de cena privilegiado, não permitiam a representação do ciclo cósmico, nas quais encontra o cerne dos relatos dotados de enredo. Desde tempos sem conta, a humanidade recorreu a estas duas formas antagônicas de narrar. Se a primeira privilegiava a visão de ciclos estáveis, dotados de leis constantes, a segunda ressaltava o acidental irrepitível e singular. “O texto de enredo (*plot-text*) moderno é o fruto da interação e da influência recíproca destas duas espécies de texto, tipologicamente remotas” (Lotman, J.: *idem*, 163).

A passagem de Lotman realça por outro caminho um velho conhecimento: o mito é o corpo unânime de cuja fragmentação surgiram, na Grécia, a história e a tragédia. O interesse deste conhecimento assim recuperado está em nos permitir, ao mesmo tempo, o melhor entendimento tanto da proximidade quanto da diferença entre história e ficção. O fato de que ambas se realizem narrativamente não impede que cada uma provoque um relacionamento diverso com o mundo. O intento do historiador é *designar* o mundo que estuda. Designá-lo não no sentido de apontar o que ali já estivesse, pronto e apenas à espera da palavra que o propagasse. Designá-lo, no caso, significa: organizar os restos do passado, tal como presentes ou inferidos de documentos, em um todo cujo sentido centralmente não é da ordem do imaginário. A interpretação do historiador, sua forçosa interpretação, será arbitrária se, por conta de seus valores, fundá-lo à imagem de outro tempo e fundi-lo às expectativas e categorias deste. O intento do ficcionista é criar uma interpretação desestabilizadora do mundo. Como este já é demarcado pelas múltiplas representações dos *frames* cotidianos, o correto será dizer que ele cria uma representação desestabilizante das representações. Representação segunda, a do ficcionista, que não tem o propósito de re-duplicar a primeira, o que a tornaria ociosa, senão que de mostrá-la à *distância*, assim possibilitando ao receptor uma orientação diversa da que se lhe impõe quando

é mero “ator”. Porque próximas, as práticas do historiador e do ficcionista podem ser comparadas e não só contrapostas. Porque enraizadas no uso da linguagem, de cuja capacidade organizativa depende a eficácia de ambas, é de se esperar que o questionamento da cientificidade da história conduza ao estudo mais acurado dos procedimentos verbais escolhidos pelo historiador. A partir daí, contudo, supor que se conduza como um ficcionista será tão desastroso quanto tem sido para este tomar-se o seu produto como um documento histórico. Próximos, mas distintos, os discursos do historiador e do ficcionista diferenciam-se tanto pela maneira como suas narrativas se relacionam com o mundo quanto pelo modo como neles atua o narrador.

A aguarrás do tempo. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, p. 101-2.

* Iuri (Juri ou Jurij) M. Lotman (1922-1993) é autor de diversas obras sobre Teoria da Literatura e Semiótica. Os trechos citados no texto III foram extraídos do ensaio **The origin of plot in the light of typology**, publicado na revista **Poetics today** 1 (1/2): 161-184 (1979). [Nota dos examinadores].

PARTE I – COMENTÁRIO

Identifique e comente de forma resumida as visões do trabalho do historiador contidas exclusivamente nos textos I, II e III.

Extensão: de 250 a 300 palavras

(valor: trinta pontos)

PARTE II – REDAÇÃO

Disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho de Benedito Nunes.

(...) “o recurso aos documentos assinala uma linha divisória entre história e ficção; diferindo do romance, as construções do historiador pretendem ser reconstruções do passado.” (...) Mas essa linha divisória, que acentua a dissimetria entre a narrativa histórica e a narrativa ficcional, anula-se pela natureza desse *passado reconstruído*, quando se dá à expressão o seu peso ontológico de reconstrução de uma realidade que não mais existe, que já deixou de ser. Desse ponto de vista, a “realidade histórica” é tão *sui generis* quanto a “irrealidade” da Ficção. Nesta, os acontecimentos inventados, formando um mundo fictício, escapam a qualquer espécie de confirmação empírica. Naquela, os dados empíricos (documentos), signos de um mundo que foi real, remetem a acontecimentos passados, conhecidos por inferência, e que só se confirmam, fora de toda comprovação empírica, pela reconstrução desse mesmo mundo.

Extensão: de 500 a 600 palavras

(valor: setenta pontos)

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Respeite os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos.

ATENÇÃO! Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

EXAMINADORES:
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Gama Andrade
Mônica Maria Rio Nobre

Leia os textos I, II e III abaixo.

Texto I

Divagação sobre as ilhas

Carlos Drummond de Andrade

Quando me acontecer alguma pecúnia, passante de um milhão de cruzeiros, compro uma ilha; não muito longe do litoral, que o litoral faz falta; nem tão perto, também, que de lá possa eu aspirar a fumaça e a graxa do porto. Minha ilha (e só de a imaginar já me considero seu habitante) ficará no justo ponto de latitude e longitude que, pondo-me a coberto dos ventos, sereias e pestes, nem me afaste demasiado dos homens nem me obrigue a praticá-los diuturnamente. Porque esta é a ciência e, direi, a arte do bem viver; uma fuga relativa, e uma não muito estouvada confraternização.

De há muito sonho esta ilha, se é que não a sonhei sempre. Se é que a não sonhamos sempre, inclusive os mais agudos participantes. Objetais-me: “Como podemos amar as ilhas, se buscamos o centro mesmo da ação?” Engajados, vosso engajamento é a vossa ilha, dissimulada e transportável. Por onde fordes, ela irá convosco. Significa a evasão daquilo para que toda alma necessariamente tende, ou seja, a gratuidade dos gestos naturais, o cultivo das formas espontâneas, o gosto de ser um com os bichos, as espécies vegetais, os fenômenos atmosféricos. Substitui, sem anular. Que miragens vê o iluminado no fundo de sua iluminação?... Supõe-se político, e é um visionário. Abomina o espírito de fantasia, sendo dos que mais o possuem. Nessa ilha tão irreal, ao cabo, como as da literatura, ele constrói a sua cidade de ouro, e nela reside por efeito da imaginação, administra-a, e até mesmo a tiraniza. Seu mito vale o da liberdade nas ilhas. E, contentor do mundo burguês, que outra coisa faz senão aplicar a técnica do sonho, com que os sensíveis dentre os burgueses que se acomodam à realidade, elidindo-a?

A ilha que traço agora a lápis neste papel é materialmente uma ilha, e orgulha-se de sê-lo. Pode ser abordada. Não pode ser convertida em continente. Emerge do pélago com a graça de uma flor criada para produzir-se sobre a água. Marca assim o seu isolamento, e como não tem bocas de fogo nem expedientes astuciosos para rechaçar o estrangeiro, sucede que este isolamento não é inumano. Inumano seria desejar, aqui, dos morros litorâneos, um cataclismo que sovertesse tão amena, repousante, discreta e digna forma natural, inventada para as necessidades de ser no momento exato em que se farta de seus espelhos, amigos como inimigos.

E por que nos seduz a ilha? As composições de sombra e luz, o esmalte da relva, a cristalinidade dos regatos — tudo isso existe fora das ilhas, não é privilégio dela. A mesma solidão existe, com diferentes pressões, nos mais diversos locais, inclusive os de população densa, em terra firme e longa. Resta ainda o argumento da felicidade — “aqui eu não sou feliz”, declara o poeta, para enaltecer, pelo contraste, a sua Pasárgada: mas será que se procura realmente nas ilhas uma ocasião de ser feliz, ou um modo de sê-lo? E só se alcançaria tal mercê, de índole extremamente subjetiva, no regaço de uma ilha, e não igualmente em terra comum?

Quando penso em comprar uma ilha, nenhuma dessas excelências me seduz mais que as outras, nem todas juntas constituem a razão de meu desejo. Sou pouco afeiçoado à natureza, que em mim se reduz quase que a uma paisagem moral, íntima, em dois ou três tons, só que latejante em todas as partículas. A solidão, carrego-a no bolso, e nunca me faltou menos do que quando, por obrigações de ofício, me debruçava incessantemente sobre a vida dos outros. E felicidade não é em rigor o que eu procuro. Não. Procuro uma ilha, como já procurei uma noiva.

*

A ilha me satisfaz por ser uma porção curta de terra (falo de ilhas individuais, não me tentam aventuras marajoaras), um resumo prático, substantivo, dos estirões deste vasto mundo, sem os inconvenientes dele, e com a vantagem de ser quase ficção sem deixar de constituir uma realidade. A casa de campo é diferente. A continuidade do solo torna-a um pobre complemento dessas propriedades individuais ou coletivas, públicas ou particulares, em que todo o desgosto, toda a execrabilidade, toda a mesquinhez da coisa possuída, taxada, fiscalizada, trafegada, beneficiada, herdada, conspurcada, se nos apresenta antes que a vista repare em qualquer de seus eventuais encantos. A casa junto ao mar, que já foi razoável delícia, passou a ser um pecado, depois que se desinventou a relação entre homem, paisagem e moradia. Tudo forma uma cidade só, torpe e triste, mais triste talvez que torpe. O progresso técnico teve isto de retrógrado: esqueceu-se completamente do fim a que se propusera, ou devia ter-se proposto. Acabou com qualquer vezeleira de amar a vida, que ele tornou muito confortável, mas invisível. Fez-se numa escala de massas, esquecendo-se do indivíduo, e nenhuma central elétrica de milhões de kw será capaz de produzir aquilo de que precisamente cada um de nós carece na cidade excessivamente iluminada: uma certa penumbra. O progresso nos dá tanta coisa, que não nos sobra nada nem para pedir nem para desejar nem para jogar fora. Tudo é inútil e atravancador. A ilha sugere uma negação disto.

A ilha deve ser o *quantum satis* selvagem, sem bichos superiores à força e ao medo do homem. Mas precisa ter bichos, principalmente os de plumagem gloriosa, com alguns exemplares mais meigos. As cores do cinema enjoam-nos do colorido, e só uma cura de autenticidade nos reconciliará com os nossos olhos doentes. Já que não há mais vestidos de cores puras e naturais (de que má pintura moderna se vestem as mulheres do nosso tempo?), peçamos a araras e periquitos, e a algum suave pássaro de colo mimoso, que nos propiciem as sensações delicadas de uma vista voluptuosa, minudente e repousada.

Para esta ilha sóbria não se levará bíblia nem se carregarão discos. Algum amigo que saiba contar histórias está naturalmente convidado. Bem como alguma amiga de voz doce ou quente, que não abuse muito dessa prenda. Haverá pedras à mão — cascalho miúdo — que se possa lançar ao céu, a título de advertência, quando demasiada arte puser em perigo o ruminar bucólico da ilha. Não vejo inconveniente na entrada sub-reptícia de jornais. Servem para embrulho, e nas costas do noticiário político ou esportivos há sempre um anúncio de filme em *reprise*, invocativo, ou qualquer vaga menção a algum vago evento que, por obscuro mecanismo, desperte em nós fundas e gratas emoções retrospectivas. Nossa vida interior tende à inércia. E bem-vinda é a provocação que lhe avive a sensibilidade, impelindo-a aos devaneios que formam uma crônica particular do homem, passada muitas vezes dentro dele, somente, mas compensando em variedade ou em profundidade o medíocre da vida social.

Serão admitidos poetas? Em que número? Se foram proscritos das repúblicas ideais e das outras, pareceria cruel bani-los também da ilha de recreio. Contudo, devem comportar-se como se poetas não fossem: pondo de lado os tiques profissionais, o tecnicismo, a excessiva preocupação literária, o misto de esteticismo e frialdade que costuma necrosar os artistas. Sejam homens razoáveis, carentes, humildes, inclinados à pesca e à corrida a pé, saibam fazer alguma coisa simples para o estômago, no fogão improvisado. Não levem para a ilha os problemas de hegemonia e ciúme.

*

Por aí se observa que a ilha mais paradisíaca pede regulamentação e que os perigos da convivência urbana estão presentes. Tanto melhor, porque não se quer uma ilha perfeita, senão um modesto território banhado de água por todos os lados e onde não seja obrigatório salvar o mundo.

A idéia de fuga tem sido alvo de crítica severa e indiscriminada nos últimos anos, como se fosse ignominioso, por exemplo, fugir de um perigo, de um sofrimento, de uma caceteação. Como se devesse o homem consumir-se numa fogueira perene, sem carinho para com as partes cândidas ou pueris dele mesmo, que cumpre preservar principalmente em vista de uma possível felicidade coletivista no futuro. Se se trata de harmonizar o homem com o mundo, não se vê porque essa harmonia só será obtida através do extermínio generalizado e da autopunição dos melhores. Pois afinal, o que se recomenda aos homens é apenas isto: “Sejam infelizes, aborreçam o mais possível aos seus semelhantes, recusem-se a qualquer comisseração, façam do ódio um motor político. Assim atingirão o amor.” Obtida a esse preço a cidade futura, nela já não haveria o que amar.

Chega-se a um ponto em que convém fugir menos da malignidade dos homens do que da sua bondade incandescente. Por bondade abstrata nos tornamos atroz. E o pensamento de salvar o mundo é dos que acarretam as mais copiosas — e inúteis — carnificinas.

Estas reflexões descosidas procuram apenas recordar que há motivos para ir às ilhas, quando menos para não participar de crimes e equívocos mentais generalizados. São motivos éticos, tão respeitáveis quanto os que impelem à ação o temperamento sôfrego. A ilha é meditação despojada, renúncia ao desejo de influir e de atrair. Por ser muitas vezes uma desilusão, paga-se relativamente caro. Mas todo o peso dos ataques desfechados contra o pequeno Robinson moderno, que se alongou das rixas miúdas, significa tão-somente que ele tinha razão em não contribuir para agravá-las. Em geral, não se pedem companheiros, mas cúmplices. E este é o risco da convivência ideológica. Por outro lado, há um certo gosto em pensar sozinho. É ato individual, como nascer e morrer.

A ilha é, afinal de contas, o refúgio último da liberdade, que em toda parte se busca destruir. Amemos a ilha.

Passeios na ilha: subúrbios da calma. In: *Obra completa*, p. 625-28.

Post-scriptum sobre as sociedades de controle

Gilles Deleuze

Foucault situou as *sociedades disciplinares* nos séculos XVIII e XIX; atingem seu apogeu no início do século XX. Elas procedem à organização dos grandes meios de confinamento. O indivíduo não cessa de passar de um espaço fechado a outro, cada um com suas leis: primeiro a família, depois a escola (“você não está mais na sua família”), depois a caserna (“você não está mais na escola”), depois a fábrica, de vez em quando o hospital, eventualmente a prisão, que é o meio de confinamento por excelência. É a prisão que serve de modelo analógico: a heroína de *Europa 51* pode exclamar, ao ver operários, “pensei estar vendo condenados...”. Foucault analisou muito bem o projeto ideal dos meios de confinamento, visível especialmente na fábrica: concentrar; distribuir no espaço; ordenar no tempo; compor no espaço-tempo uma força produtiva cujo efeito deve ser superior à soma das forças elementares. Mas o que Foucault também sabia era da brevidade deste modelo: ele sucedia às *sociedades de soberania* cujo objetivo e funções eram completamente diferentes (açambarcar, mais do que organizar a produção, decidir sobre a morte mais do que gerir a vida); a transição foi feita progressivamente, e Napoleão parece ter operado a grande conversão de uma sociedade na outra. Mas as disciplinas, por sua vez, também conheceriam uma crise, em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra mundial: sociedades disciplinares é o que não éramos mais, o que deixávamos de ser.

Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um “interior”, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. Os ministros competentes não param de anunciar reformas supostamente necessárias. Reformar a escola, reformar a indústria, o hospital, o exército, a prisão; mas todos sabem que estas instituições estão condenadas, num prazo mais ou menos longo. Trata-se apenas de gerir sua agonia e ocupar as pessoas, até a instalação das novas forças que se anunciam. São as *sociedades de controle* que estão substituindo as sociedades disciplinares. “Controle” é o nome que Burroughs propõe para designar o novo monstro, e que Foucault reconhece como nosso futuro próximo. Paul Virilio também analisa sem parar as formas ultra-rápidas de controle ao ar livre, que substituem as antigas disciplinas que operavam na duração de um sistema fechado. Não cabe invocar produções farmacêuticas extraordinárias, formações nucleares, manipulações genéticas, ainda que elas sejam destinadas a intervir no novo processo. Não se deve perguntar qual é o regime mais duro, ou o mais tolerável, pois é em cada um deles que se enfrentam as liberações e as sujeições. Por exemplo, na crise do hospital como meio de confinamento, a setorização, os hospitais-dia, o atendimento em domicílio puderam marcar de início novas liberdades, mas também passaram a integrar mecanismos de controle que rivalizam com os mais duros confinamentos. Não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas.

II. Lógica

Os diferentes internatos ou meios de confinamento pelos quais passa o indivíduo são variáveis independentes: supõe-se que a cada vez ele recomeça do zero, e a linguagem comum a todos esses meios existe, mas é *analógica*. Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é *numérica* (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são *moldes*, distintas moldagens, mas os controles são uma *modulação*, como uma moldagem autodeformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (...)

Nas sociedades de disciplina não se parava de recomeçar (da escola à caserna, da caserna à fábrica), enquanto nas sociedades de controle nunca se termina nada, a empresa, a formação, o serviço sendo os estados metaestáveis e coexistentes da mesma modulação, como que de um deformador universal. Kafka, que já se instalava no cruzamento dos dois tipos de sociedade, descreveu em *O processo* as formas jurídicas mais temíveis: a *quitação aparente* das sociedades disciplinares (entre dois confinamentos), a *moratória ilimitada* das sociedades de controle (em variação contínua) são dois modos de vida jurídicos muito diferentes, e se nosso direito, ele mesmo em crise, hesita entre ambos, é porque saímos de um para entrar no outro. As sociedades disciplinares têm dois pólos: a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*. É que as disciplinas nunca viram incompatibilidade entre os dois, e é ao mesmo tempo que o poder é massificante e individuante, isto é, constitui num corpo único aqueles sobre os quais se exerce, e molda a individualidade de cada membro do corpo (Foucault via a origem desse duplo cuidado no poder pastoral do sacerdote — o rebanho e cada um dos animais —, mas o poder civil, por sua vez, iria converter-se em “pastor” laico por outros meios). Nas sociedades de controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura nem um número, mas uma cifra, ao passo que as sociedades disciplinares são reguladas por *palavras de ordem* (tanto do ponto de vista da integração quanto da resistência). A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “*dividuais*”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “*bancos*”. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades, visto que a disciplina sempre se referiu a moedas cunhadas em ouro — este servia de medida-padrão —, ao passo que o controle remete a trocas flutuantes, modulações que fazem intervir como cifra uma percentagem de diferentes amostras de moeda. A velha toupeira monetária é o animal dos meios de confinamento, mas a serpente o é das sociedades de controle. Passamos de um animal a outro, da toupeira à serpente, no regime em que vivemos, mas também na nossa maneira de viver e nas nossas relações com outrem. O homem da disciplina era um produtor descontínuo de energia, mas o homem do controle é antes ondulatório, funcionando em órbita, num feixe contínuo. Por toda parte o *surf* já substituiu os antigos *esportes*.

L'Autre Journal, n.º 1, maio/1990. In: *Conversações*, p. 219-26.

Texto III

[Do livre arbítrio]

Fernando Pessoa

A idéia do LIVRE ARBÍTRIO, na minha opinião, tem o seu princípio na aplicação ao mundo moral da idéia primitiva e natural de *liberdade física*. Esta aplicação, esta analogia é inconsciente; e é também falsa. É, repito, um daqueles erros inconscientes que nós cometemos; um daqueles falsos raciocínios nos quais tantas vezes e tão naturalmente caímos. Schopenhauer mostrou que a primitiva noção de liberdade é a “ausência de obstáculos”, uma noção puramente física. E na nossa concepção humana de liberdade a noção persiste. Ninguém toma um idiota, ou louco por responsável. Por quê? Porque ele concebe uma coisa no cérebro como um obstáculo a um verdadeiro juízo.

A idéia de liberdade é uma idéia puramente metafísica.

A idéia primária é a idéia de responsabilidade que é somente a aplicação da idéia de causa, pela referência de um efeito à sua Causa. “Uma pessoa bate-me; eu bato àquela em defesa.” A primeira atingiu a segunda e matou-a. Eu vi tudo. Essa pessoa é a Causa da morte da outra. Tudo isto é inteiramente verdade.

Assim se vê que a idéia de livre arbítrio não é de modo algum primitiva; essa responsabilidade, fundada numa legítima mas ignorante aplicação do princípio de Causalidade, é a idéia realmente primitiva.

Ao princípio o homem não é consciente senão da liberdade física. Ao princípio não há um tal estado metafísico da mente. A idéia de liberdade apareceu pela razão, é metafísica, portanto, sujeita a erro.

A opinião popular, pelo que vimos, põe o elemento real de liberdade moral no juízo, na consideração, no poder de percepção, para distinguir o bem do mal, para os discutir mentalmente. Mas esta afirmação é falsa. A concepção popular é esta: esse *juízo* é o que considera uma coisa, decidindo se ela é boa ou má. Na opinião popular, é esta faculdade que nos diz que uma coisa é boa ou má; é, pensa-se, o elemento do bem em nós. O povo pensa que, se eu noto que uma ação é má e não obstante eu a pratico, eu sou réu do mal.

A idéia de liberdade moral não é de modo nenhum primitiva, nem mesmo de hoje, na mente popular, ou hipoteticamente, em qualquer mente culta que ignore inteiramente a questão. É uma idéia adquirida pela razão, uma idéia filosófica. Primitivamente não há nem senso moral de liberdade nem um senso de determinismo. É inútil pensar que um selvagem tenha um senso de liberdade moral.

O homem é um animal perfeito e o único senso primitivo neste caso é o senso de liberdade física. “Eu posso fazer o que quero.” Disto não há dúvida, evidentemente. Até agora eu não estou prisioneiro, nem paralítico, nem ligado por qualquer obstáculo físico, eu sou *livre*: posso fazer o que quero. “Mas posso eu querer o que quero e não querer nada mais?” Eis aqui a grande questão. Ora, esta inconsciência primitiva, para que lado pende mais: para o livre arbítrio ou para o determinismo?

[Manuscrito 1906?] *Idéias filosóficas*. In: *Obras em prosa*, p 536-37. (com adaptações).

PARTE I – REDAÇÃO

Valendo-se da leitura dos textos I, II e III, disserte sobre o tema suscitado por Rui Barbosa no seguinte trecho:

A presunção de liberdade, com efeito, não é apenas um direito natural na acepção mais ou menos arbitrária ligada a esse vocábulo pela escola metafísica que procura o ideal do direito numa concepção abstrata da natureza humana, mas no sentido histórico. Ela é a expressão de uma necessidade orgânica das relações do homem com o homem entre as sociedades iniciadas na civilização.

Extensão: de 400 a 500 palavras.
(valor: setenta pontos)

PARTE II – RESUMO

Resuma o conceito de “liberdade” formulado exclusivamente nos textos I, II e III.

Extensão: de 200 a 250 palavras.
(valor: trinta pontos)

PROVA ESCRITA DE PORTUGUÊS

Na prova a seguir, faça o que se pede, usando, caso julgue necessário, as páginas correspondentes do caderno de rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**. Utilize os limites mínimos e máximos de palavras estabelecidos. Qualquer texto com extensão aquém da mínima será apenado, e qualquer fragmento de texto que ultrapasse a extensão máxima será desconsiderado.

ATENÇÃO! Nas **folhas do caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois **não serão avaliados** os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

EXAMINADORES:
Denise de Aragão Costa Martins
Gisele Gama Andrade
Stella Maris Bortoni-Ricardo

Leia os textos I e II abaixo.

Texto I

Nossa revolução

Sérgio Buarque de Holanda

O Estado, entre nós, não precisa e não deve ser despótico — o despotismo condiz mal com a doçura do nosso gênio — mas necessita de pujança e compostura, de grandeza e solicitude, ao mesmo tempo, se quiser adquirir alguma força e também essa respeitabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas. Ele ainda pode conquistar por esse meio uma força verdadeiramente assombrosa em todos os departamentos da vida nacional. Mas é indispensável que as peças de seu mecanismo funcionem com certa harmonia e garbo. O Império brasileiro realizou isso em grande parte. A auréola que ainda hoje o cinge, apesar de tudo, para os nossos contemporâneos, resulta quase exclusivamente do fato de ter encarnado um pouco esse ideal.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, até hoje, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional. Ostensivamente ou não, a idéia que de preferência formamos para nosso prestígio no estrangeiro é a de um gigante cheio de bonomia superior para com todas as nações do mundo. Aqui, principalmente, o segundo reinado antecipou, tanto quanto lhe foi possível, tal idéia, e sua política entre os países platinos dirigiu-se insistentemente nesse rumo. Queria impor-se apenas pela grandeza da imagem que criara de si, e só recorreu à guerra para se fazer respeitar, não por ambição de conquista. Se lhe sobrava, por vezes, certo espírito combativo, faltava-lhe espírito militar. Oliveira Lima, que fez esta última observação, acrescenta que “as guerras estrangeiras, como métodos políticos, sempre foram encaradas pelo país como inoportunas e até criminosas, e nesse sentido especialmente a guerra do Paraguai não deixou de sê-lo; os voluntários que a ela acudiram, eram, de fato, muito pouco por vontade própria”¹.

Não ambicionamos o prestígio de país conquistador e detestamos notoriamente as soluções violentas. Desejamos ser o povo mais brando e o mais comportado do mundo. Pugnamos constantemente pelos princípios tidos universalmente como os mais moderados e os mais racionais. Fomos das primeiras nações que aboliram a pena de morte em sua legislação, depois de a termos abolido muito antes na prática. Modelamos a norma de nossa conduta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os países mais cultos, e então nos envaidecemos da ótima companhia. Tudo isso são feições bem características de nosso aparelhamento político, que se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional.

O desequilíbrio singular que gera essa anomalia é patente e não tem escapado aos observadores. Um publicista ilustre fixou, há cerca de vinte anos, o paradoxo de tal situação. “A separação da política e da vida social — dizia — atingiu, em nossa pátria, o máximo de distância. À força de alheação da realidade, a

¹Oliveira Lima, *Aspectos da História e da Cultura do Brasil* (Lisboa, 1923), p. 78.

política chegou ao cúmulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingênua e francamente estranha a todos os interesses, onde, quase sempre com a maior boa-fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as lutas de conquista e a conservação das posições”².

Em face de semelhante condição, nossos reformadores só puderam encontrar até aqui duas saídas, ambas igualmente superficiais e enganadoras. A experiência já tem mostrado largamente como a pura e simples substituição dos detentores do poder público é um remédio aleatório, quando não precedida e até certo ponto determinada por transformações complexas e verdadeiramente estruturais na vida da sociedade.

Outro remédio, só aparentemente mais plausível, está em pretender-se compassar os acontecimentos segundo sistemas, leis ou regulamentos de virtude provada, em acreditar que a letra morta pode influir por si só e de modo enérgico sobre o destino de um povo. A rigidez, a impermeabilidade, a perfeita homogeneidade da legislação parece-nos constituir o único requisito obrigatório da boa ordem social. Não conhecemos outro recurso.

Escapa-nos esta verdade de que não são as leis escritas, fabricadas pelos jurisconsultos, as mais legítimas garantias de felicidade para os povos e de estabilidade para as nações. Costumamos julgar, ao contrário, que os bons regulamentos e a obediência aos preceitos abstratos representam a floração ideal de uma apurada educação política, da alfabetização, da aquisição de hábitos civilizados e de outras condições igualmente excelentes. No que nos distinguimos dos ingleses, por exemplo, que não tendo uma constituição escrita, regendo-se por um sistema de leis confuso e anacrônico, revelam, contudo, uma capacidade de disciplina espontânea sem rival em nenhum outro povo.

É claro que a necessidade de boa ordem entre os cidadãos e a estabilidade do conjunto social tornaram necessária a criação de preceitos obrigatórios e de sanções eficazes. Em tempos talvez mais ditosos do que o nosso, a obediência àqueles preceitos em nada se parece com o cumprimento de um dever imposto. Tudo se faz, por assim dizer, livremente e sem esforço. Para o homem a que chamamos primitivo, a própria segurança cósmica parece depender da regularidade dos acontecimentos; uma perturbação desta regularidade tem qualquer coisa de ominoso. Mais tarde, essa consideração da estabilidade inspiraria a fabricação de normas, com o auxílio precioso de raciocínios abstratos e ainda aqui foram conveniências importantes que prevaleceram, pois, muitas vezes, é indispensável abstrair da vida para viver e apenas o absolutismo da razão pode pretender que se destitua a vida de todo elemento puramente racional. Em verdade, o racionalismo excedeu os seus limites somente quando, ao erigir em regra suprema os conceitos assim arquitetados, separou-os irremediavelmente da vida e criou com eles um sistema lógico, homogêneo, a-histórico. (...)

Colocado no pólo oposto à despersonalização democrática, o “caudilhismo” muitas vezes se encontra no mesmo círculo de idéias a que pertencem os princípios do liberalismo. Pode ser a forma negativa, da tese liberal, e seu surto é compreensível se nos lembramos de que a história jamais nos deu o exemplo de um movimento social que não contivesse os germes de sua negação — negação esta que se faz, necessariamente, dentro do mesmo âmbito. Assim, Rousseau, o pai do contrato social, pertence à família de Hobbes, o pioneiro do Estado Leviatã; um e outro vêm da mesma ninhada. A negação do liberalismo, inconsciente em um Rosas, um Melgarejo, um Porfirio Diaz, afirma-se hoje como corpo de doutrina no fascismo europeu, que nada mais é do que uma crítica do liberalismo na sua forma parlamentarista, erigida em sistema político positivo. Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo.

Essa vitória nunca se consumará enquanto não se liquidem, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde ainda se assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que vamos assistindo, e cujas etapas mais importantes foram sugeridas nestas páginas, tem um significado claro, será este o da dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente até hoje não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as conseqüências morais, sociais e políticas que ela acarretou e continua a acarretar.

Raízes do Brasil. 24.ª ed. p. 126-142.

²Alberto Torres, *O Problema Nacional Brasileiro. Introdução a um Programa de Organização Nacional* (Rio de Janeiro, 1914), p. 88.

A questão da cidadania num universo relacional

Roberto DaMatta

Tome-se, por exemplo, um caso imaginário mas significativo. Como seria a chegada do grande observador Alexis de Tocqueville no Rio de Janeiro de hoje, entrando pelo Aeroporto Internacional do Galeão?

Veria, primeiramente, um sorriso luminoso das funcionárias de terra, moças elegantes nos seus bem talhados costumes, todas dispostas a contar uma anedota sobre o vôo ou fazer uma confidência espirituosa sobre a linha aérea para a qual trabalham. Seriam até mesmo capazes de chamar o nosso aristocrata francês de Alex, pois na conversa formal para a intimidade a distância é tênue no Brasil. Encantado com esta recepção um tanto informal, Tocqueville baixaria por meio de uma escada rolante moderna para um outro andar. E, então, já significativamente *por baixo*, entraria numa fila para a apresentação do seu passaporte à Polícia Marítima e de Fronteira e outros corpos da nossa segurança pública. Com calor, e entrando numa gigantesca fila, ele (...) se perguntaria por que os brasileiros natos não seriam privilegiados em sua própria pátria, já que todos os países modernos dão aos seus cidadãos um conjunto de deveres, mas se abrem igualmente no reconhecimento de seus direitos, fazendo isso de modo franco, com satisfação. No Brasil, escreveria mais tarde Tocqueville no seu famoso diário de viagem: “a cidadania é definida negativamente neste país, visto que brasileiros natos têm de gramar na fila interminável para o controle dos passaportes, tanto quanto qualquer estrangeiro...” Ato contínuo a essa observação, ele notaria a total ausência de sinais de boas-vindas, tão comuns nos outros aeroportos internacionais do planeta. Diria intrigado de si para si: interessante como fui acolhido com intimidade pelas funcionárias lá em cima e agora, aqui embaixo, estou sendo simbolicamente repellido do modo o mais impessoal. É como se uma das mãos lavasse a outra...

Logo depois, entretanto, e já impaciente com a morosidade da fila, Tocqueville notaria mais intrigado ainda uma chamada de nomes! É que funcionários da polícia, devidamente identificados, gritam por nomes de passageiros. Alguns logo se apresentam e, com abraços ou apertos de mãos, saem incontinentemente da fila, ganhando o espaço livre onde estão a alfândega e suas malas. Inicialmente, o nosso observador francês pensa que esses são passageiros ilustres, talvez milionários, celebridades ou nobres. Mas logo descobre, perplexo, que muitos são simplesmente amigos ou parentes de pessoas que trabalham naquele local ou que têm amigos que ali trabalham. São, pois, aristocratas por acidente, mas o fato é que deixam todos com inveja quando saem da fila com ar meio envergonhado, mas felizes. Suado, cansado de esperar e intrigado com esse novo país que terá de entender, Alexis de Tocqueville bem poderia escrever na sua caderneta de campo: “Curioso país esse Brasil, feito de um credo liberal tão alardeado na base de suas instituições jurídicas, mas operando de modo a privilegiar as relações pessoais de modo tão flagrante. Vi na chegada ao Rio o estabelecimento de hierarquias inesperadas entre as pessoas, só porque algumas tinham conhecidos ou parentes entre os funcionários do aeroporto. Assim sendo, tais indivíduos eram chamados e deixavam as filas, mesmo quando tinham nos seus empregos e ocupações uma posição menos importante que a de muitas pessoas que continuavam nas filas. Observei, continuaria ele, que ser estrangeiro dava direito imediato a melhor tratamento do que ser um nativo. De fato, verifiquei que meu passaporte francês era quase mágico, evitando maiores delongas junto ao funcionário que manipulava um moderníssimo computador cujo banco de dados fica à disposição da polícia. Curioso, concluiria novamente o nosso imaginário e perplexo Alexis de Tocqueville, que num país tão pobre de recursos os bancos de dados ultramodernos tenham sido implantados primeiramente para o controle policial dos cidadãos do país e até hoje a pesquisa científica vegete em busca de verbas para essas máquinas. Será que o liberalismo brasileiro tem uma bela teoria da igualdade, mas na prática tudo é diferente?”

Mas qual será a moral da nossa fábula? Ora, ela nos diz que, em situações históricas e sociais diferentes, a mesma noção de cidadania, o mesmo conceito de indivíduo engendram práticas sociais e tratamentos substancialmente diversos. E para complicar um pouco mais as coisas, revelando como elas não são nem estanques, nem lineares, pode-se pensar ainda naquilo que Wanderley Guilherme dos Santos chamou de “cidadania regulada”, uma forma de cidadania mais ou menos às avessas (como essa que mencionei acima), que: (a) seria reconhecida e definida por uma lei outorgada pelo Estado; e (b) estaria ligada a um “sistema de estratificação ocupacional” e “não a um código de valores políticos” (Cf. dos Santos, 1979:75). O resultado é uma nítida distinção de certas categorias ocupacionais que passaram a ter mais direitos que outras, gozando mais cedo e melhor de certos direitos universais (como férias e direitos de pertencer a um sindicato) que estariam teoricamente ligados à idéia geral do trabalhador-cidadão. Isso mostra como o papel do cidadão e a noção política de cidadania podem ser diferencialmente acoplados em sociedades diferentes e até mesmo num só sistema social. Mas o que o caso brasileiro inegavelmente revela é que a noção de cidadania sofre uma espécie de desvio, seja para baixo, seja para cima, que a impede de assumir integralmente seu significado político universalista e nivelador (Cf. DaMatta, 1979: 184 ss; Peirano, 1982, para considerações semelhantes).

A casa e a rua. p. 71-104 (com adaptação).

PARTE I – RESUMO

Resuma, em 200 a 250 palavras, exclusivamente com base nos textos I e II, a resposta às questões formuladas por Roberto DaMatta em continuação ao texto II.

“Mas qual é o mecanismo social para que tal variação venha a ocorrer? Ou melhor: por que a noção de cidadania sofre tal variação no Brasil, quando o que a caracteriza em sociedades como a inglesa, a francesa e a norte-americana é a sua invejável estabilidade?”

(valor: 40 pontos)

PARTE II – REDAÇÃO

Valendo-se da leitura dos textos I e II, disserte sobre o tema suscitado no seguinte trecho extraído de “Nativismo provisório”, de Euclides da Cunha:

“O nosso antilocalismo frisa pela parcialidade. Não há aplausos que nos bastem aos forasteiros disciplinados que nos últimos tempos transfiguraram as nossas culturas e se vincularam aos nossos destinos, nobilitando o trabalho e facilitando a maior reforma social do nosso tempo.

Somos adversários do nativismo sentimental e irritante, que é um erro, uma fraqueza e uma velharia contraposta ao espírito liberal da política contemporânea. A este pseudopatriotismo, para o qual Spencer, na sua velhice melancólica e desiludida, criou a palavra “diabolismo”, deve antepor-se um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa *gens* complexa, tão vacilantes, ou rarascentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa. E ainda quando nos turbasse um esmaniado jacobinismo, todo ele ruiria ao defrontar o quadro da imigração do Brasil: homens de outros climas que aqui se nacionalizam consorciados com a terra pelos vínculos fecundos das culturas.”

Extensão: de 400 a 500 palavras.
(valor: 60 pontos)